



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO  
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS (IFTO) –  
CAMPUS PALMAS  
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS/HABILITAÇÃO EM LÍNGUA  
PORTUGUESA

NARA NICEIA COELHO BIGNARDI GARCIA SILVEIRA

HIEROTOPONÍMIA NO ESTADO DO TOCANTINS: DENOMINAÇÕES MARIANAS

Palmas-TO  
2021

NARA NICEIA COELHO BINARDI GARCIA SILVEIRA

HIEROTOPONÍMIA NO ESTADO DO TOCANTINS: DENOMINAÇÕES MARIANAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como pré-requisito para a conclusão do Curso de Licenciatura em Letras no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Tocantins - Campus Palmas com habilitação Letras/Língua Portuguesa.

Professora Orientadora: Profa. Dra. Ana Lourdes Cardoso Dias.

Palmas – TO  
2021

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins**

---

S587h Silveira, Nara Niceia Coelho Bignardi  
Hierotoponímia no estado do Tocantins : denominações marianas / Nara  
Niceia Coelho Bignardi Silveira. – Palmas, TO, 2021.  
76 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras - Habilitação  
em Língua Portuguesa) – Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia do Tocantins, Campus Palmas, Palmas, TO, 2021.

Orientadora: Dra. Ana Lourdes Cardoso Dias

1. Onomástica. 2. Hierotoponímia. 3. Hagiotoponímia. I. Dias, Ana  
Lourdes Cardoso. II. Título.

**CDD 400**

---

A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, deste documento é autorizada para fins de estudo e  
pesquisa, desde que citada a fonte.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica do IFTO com os dados fornecidos pelo(a)  
autor(a).**

NARA NICEIA COELHO BINARDI GARCIA SILVEIRA

**HIEROTOPONÍMIA NO ESTADO DO TOCANTINS -  
DENOMINAÇÕES MARIANAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como pré-requisito para a conclusão do Curso de Licenciatura em Letras no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Tocantins - Campus Palmas com habilitação Letras/Língua Portuguesa.

Professora Orientadora: Profa. Dra. Ana Lourdes Cardoso Dias.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2021.

---

Profa. Doutora. Ana Lourdes Cardoso Dias (Presidente)

IFTO – CAMPUS PALMAS

---

Profa. Mestre Verônica Ramalho Nunes (Membro da Banca)

IFTO – CAMPUS PALMAS

---

Prof. Mestre Rodrigo Vieira do Nascimento (Membro da Banca)

UNITINS – CAMPUS PALMAS

Palmas - TO  
2021

Ao meu esposo Sérgio Garcia e aos meus  
filhos Victor e Eduardo.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, por me dar forças nessa caminhada em todos os momentos. E por permitir que tudo ocorresse conforme a sua vontade.

À minha família e amigos, por me incentivarem, acreditarem e, de alguma forma, contribuírem para a conclusão do curso.

Ao meu esposo pelo incentivo e apoio, sempre. E por acreditar no meu sonho.

Aos meus filhos, por me compreenderem e por me ajudarem nos momentos difíceis para que tudo desse certo.

Aos colegas de curso pela cordialidade. Sempre companheiros, unidos e se ajudando. Por compartilharem os momentos de felicidade e por me ajudarem nos momentos difíceis. Especialmente aos colegas: Andreia, Paulo, Jeane, Rayssa e Jéssica.

À minha orientadora, professora Doutora Ana Lourdes Cardoso Dias, pela atenção, paciência e cuidado. Sempre solícita e pronta para ajudar.

À Professora Mestre Verônica Ramalho Nunes e ao professor Mestre Rodrigo Vieira do Nascimento por aceitarem constituir a banca.

A todos os professores do Curso de Licenciatura em Letras (sem exceção) que conduziram meu processo de formação. Ensinarão o ofício de professor e de aprender a enfrentar os desafios cotidianos. Pelo exemplo de conhecimento, de profissionalismo, de amor e respeito. Pelas contribuições de cada um, que direta ou indiretamente aparecem neste estudo.

Aos professores de práticas escolares, dentro e fora do IFTO, que também contribuíram para a minha formação.

## RESUMO

A presente pesquisa de conclusão de curso consiste em um estudo sobre as formações toponímicas que tem a religiosidade como principal fator de motivação do ato denominativo, dentre os vários contextos sócio históricos, geográficos e culturais que fundamentam esse ato. A Toponímia, enquanto subárea da Onomástica, ocupa-se do estudo dos nomes dos lugares, de seus significados, origens, transformações e das motivações que influem nas escolhas. Diante disso, foi realizado um estudo interdisciplinar que articulou conceitos da Toponímia, da Linguística, da História e da Geografia, visando assim trazer contribuições a respeito do assunto e fornecer dados relevantes ao estudo que se situa na hierotoponímia com foco em nomeações marianas. Essas nomeações são categorizadas por Dick (1990; 1992) como de natureza semântica pertencente aos designativos que referenciam o sagrado, subcategorizadas em hagiotopônimos – referentes aos nomes de santos e santos católicos e mitotopônimos – referente a entidades mitológicas. Para tanto, foram selecionadas como objeto desta pesquisa, seis cidades com entrada lexical mariana, a saber: Aparecida do Rio Negro, Conceição do Tocantins, Fátima, Natividade, Nazaré e Santa Maria do Tocantins. Nesse sentido, a proposta se pautou em investigar as motivações que levaram os denominadores a utilizar a religiosidade de origem cristã-católica para tais nomeações, a fim de contribuir na valorização dos conhecimentos linguísticos, socioculturais, históricos e pertinentes à toponímia tocantinense. Assim, priorizou-se uma, orientação metodológica documental, bibliográfica e explicativa, capaz de unir várias áreas no tratamento do fenômeno linguístico. Realizou-se a coleta de dados pelo site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE Cidades e análises por meio do modelo de ficha lexicográfica, desenvolvida por Dick, adaptada, além de obras de valor historiográfico que confirmam a procedência de formação dos topônimos em épocas anteriores e na atualidade. Esses instrumentos permitiram a reconstituição histórica dos fatos que motivaram a escolha toponímica. Entende-se que os topônimos são signos linguísticos sempre sobrepostos por alguma motivação. Dessa forma, os resultados da pesquisa demonstram que os nomes das cidades possuem motivações diversas, refletem o ideal político, religioso, sociológico e cultural de uma sociedade.

**Palavras-chave:** Onomástica. Hierotoponímia. Hagiotoponímia. História.

## ABSTRACT

The present research at the end of the course consists of a study on toponymic formations that have religiosity as the main motivating factor for the denominational act, among the various socio-historical, geographic and cultural contexts that underlie this act. Toponymy, as a subarea of Onomástica, deals with the study of the names of places, their meanings, origins, transformations and motivations that influence choices. Therefore, an interdisciplinary study was carried out that articulated concepts of Toponymy, Linguistics, History and Geography, thus aiming to bring contributions on the subject and to provide relevant data to the study that is located in the hierotopy with a focus on Marian nominations. These nominations are categorized by Dick (1990; 1992) as having a semantic nature belonging to the designations that refer to the sacred, subcategorized in hagiotoponyms - referring to the names of Catholic and mitotoponymous saints and saints - referring to mythological entities. To this end, six cities with lexical Marian input were selected as the object of this research, namely: Aparecida do Rio Negro, Conceição do Tocantins, Fátima, Natividade, Nazaré and Santa Maria do Tocantins. In this sense, the proposal was based on investigating the motivations that led denominators to use religiosity of Christian-Catholic origin for such appointments, in order to contribute to the valorization of sociocultural, historical and linguistic knowledge pertinent to Tocantins' toponymy. Thus, priority was given to a bibliographical, documentary and explanatory methodological orientation, capable of uniting several areas in the treatment of the linguistic phenomenon. Data collection was carried out through the website of the Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE Cities and analysis using the lexicographic form model, developed by Dick, adapted, in addition to works of historiographic value that confirm the origin of the toponyms formation in previous and current times. These instruments allowed the historical reconstruction of the facts that motivated the toponymic choice. It is understood that toponyms are linguistic signs always overlapped by some motivation. In this way, the research results show that the names of cities have different motivations, reflecting the political, religious, sociological and cultural ideal of a society.

Keywords: Onomastic. Hierotopy. Hagiotopy. History

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Quadro 1 - Ficha lexicográfico-toponímica.....	50
Quadro 2 - Modelo Ficha lexicográfico-toponímica adaptada de Dick (1992) .....	51
Quadro 3 Classificação do topônimo <i>Aparecida do Rio Negro</i> .....	52
Quadro 4- Classificação do topônimo <i>Conceição do Tocantins</i> .....	53
Quadro 5- Classificação do topônimo <i>Fátima</i> .....	55
Quadro 6 - Classificação do topônimo <i>Natividade</i> .....	56
Quadro 7 - Classificação do topônimo <i>Nazaré</i> .....	57
Quadro 8 - Classificação do topônimo <i>Santa Maria do Tocantins</i> .....	58

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>CAPÍTULO 1 - CONTEXTO LINGUÍSTICO</b> .....	13
1.1 LÉXICO: ASPECTOS CONCEITUAIS.....	13
1.2 SIGNO LINGUÍSTICO E SIGNO TOPONÍMICO .....	15
1.3 FORMAÇÃO DO LÉXICO PORTUGUÊS BRASILEIRO .....	18
<b>CAPÍTULO 2 - ONOMÁSTICA E TOPONÍMIA</b> .....	22
2.1 TOPONÍMIA: CONTRIBUIÇÕES .....	22
2.1 CLASSIFICAÇÕES TAXIONÔMICAS .....	25
2.3 HIEROTOPÔNIMOS .....	27
<b>CAPÍTULO 3 - CONTEXTO HISTÓRICO</b> .....	31
3.1 CONTEXTO HISTÓRICO TOCANTINENSE.....	31
3.1.1 Aparecida do Rio Negro .....	35
3.1.2 Conceição do Tocantins .....	35
3.1.3 Fátima.....	36
3.1.4 Natividade.....	37
3.1.5 Nazaré.....	39
3.1.6 Santa Maria do Tocantins .....	40
3.2 CONTEXTO HISTÓRICO MARIANO .....	41
<b>CAPÍTULO 4 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	48
4.1 MÉTODO DE ABORDAGEM.....	48
<b>CAPÍTULO 5 - ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	52
5.1 TOPÔNIMO APARECIDA DO RIO NEGRO .....	52
5.2 TOPÔNIMO CONCEIÇÃO DO TOCANTINS.....	53
5.3 TOPÔNIMO FÁTIMA .....	55
5.4 TOPÔNIMO NATIVIDADE.....	56
5.5 TOPÔNIMO NAZARÉ.....	57
5.6 TOPÔNIMO SANTA MARIA DO TOCANTINS .....	58
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	61
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	63
<b>ANEXOS</b> .....	66

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa consiste em um estudo sobre as formações toponímicas que tem a religiosidade como principal fator de motivação do ato denominativo de algumas cidades do estado do Tocantins, dentre os vários contextos sócio-históricos, geográficos e culturais que fundamentam esse ato. Desse modo, a Toponímia, enquanto subárea da Onomástica, ocupa-se do estudo dos nomes dos lugares, não isoladamente, mas conjuntamente com outras áreas do conhecimento. Além de elencar significados, origens, transformações e motivações que podem influir nas escolhas desses nomes.

Portanto, o estudo situa-se na hierotoponímia no estado do Tocantins com foco em nomeações marianas. No sistema onomasiológico, são categorizadas por Dick (1990; 1992) com natureza semântica pertencente aos designativos que referenciam o sagrado, subcategorizadas em mitotopônimos - entidades mitológicas e hagiotopônimos - nomes de santos e santas católicos. Sendo seis municípios tocantinenses, objeto desta pesquisa, os que fazem menção à devoção a Maria, mãe de Jesus, isto é, aqueles com entrada lexical mariana, a saber: Aparecida do Rio Negro, Conceição do Tocantins, Fátima, Natividade, Nazaré e Santa Maria do Tocantins.

Nesse sentido, a proposta se pautou por investigar as motivações que levaram os denominadores a utilizar a religiosidade de origem cristã-católica na nomeação dessas seis cidades do estado do Tocantins, a fim de contribuir na valorização dos conhecimentos e linguísticos, socioculturais e históricos pertinentes à toponímia tocantinense. Como objetivos específicos desse estudo, estabelecemos abordar aspectos conceituais da Onomástica, Toponímia e suas relações; descrever como ocorreu o processo histórico de formação hierotoponímicas no estado do Tocantins; evidenciar as formações lexicais marianas e interpretar os topônimos tocantinenses marianos, tendo em vista os títulos devocionais.

Nessa perspectiva, a pesquisa foi direcionada conforme os seguintes questionamentos que serviram como norteadores de todo seu percurso: Como ocorreram essas formações hierotoponímicas? Quais motivações afloram imediatamente no ato de designar um lugar com nomes de origem sagrada? E, porque essas nomeações ainda permanecem até a atualidade, mesmo após as mudanças na sociedade brasileira?

De acordo com as perguntas expostas, entende-se que os topônimos são signos linguísticos sempre sobrepostos por alguma motivação. Dessa forma, formulou-se a hipótese de que os nomes das cidades refletem o ideal político, religioso, sociológico e cultural da época.

Assim, a hipótese apresentada é que as formações hierotoponímicas do estado do Tocantins são devidas ao processo histórico de colonização portuguesa no Brasil, em que teve forte influência das crenças e valores que os colonizadores trouxeram consigo e que acabaram refletindo em nomeações que ficaram registradas em localidades por onde passavam e/ou se instalavam.

De modo a se chegar a tal evidência, foi realizado um estudo interdisciplinar que articulou conceitos da Toponímia, da Linguística, da História e da Geografia que substanciasse a análise de topônimos marianos do estado do Tocantins, visando trazer contribuições a respeito do assunto e fornecer dados suficientes e relevantes.

Dessa forma, esta pesquisa justifica-se pela determinação de conhecer mais sobre a toponímia, de modo geral, mais especificamente, a toponímia do estado do Tocantins, por ser essa temática de relevância sócio-histórica e cultural, pois é importante demonstrar como surge e se desenvolve a história e a religiosidade de um povo. O tema desta pesquisa é a pouco estudado no estado, de modo que promovê-la foi relevante por si mesma. E ainda, permitiu ampliar o conhecimento das formações lexicais associadas às motivações marianas com o uso dos conceitos significativos para o processo de denominações toponímicas.

Outra motivação foi elucidar a existência de várias “Nossas Senhoras” batizando as cidades de nosso estado, visto que é uma figura expressiva e representativa na religiosidade cristã-católica e se apresenta com várias invocações, pois a ela foram atribuídos diferentes títulos, mas cabe esclarecer que se trata de apenas uma, Maria, a mãe de Jesus, e não de várias figuras. Por se tratar de um ícone cristão, Maria foi recebendo títulos diferentes em diferentes culturas. Destaca-se também que a devoção mariana perpassa toda a cultura brasileira e ocidental, em geral.

A partir da necessidade de entender a razão de Maria, a mãe de Jesus, que é uma única entidade, receber tantos títulos em diferentes lugares, resolveu-se fazer a pesquisa em questão. Além disso, espera-se que este estudo possa servir como instrumento acadêmico para futuras pesquisas nesta área de conhecimento e para a sociedade saber sobre o processo de constituição toponímica, processo que se configura não como simples nomeação, mas está atrelado a uma expressão de cunho ideológico, histórico e cultural de ocupação territorial, desde o período da colonização brasileira, por conseguinte, tocantinense.

Para tanto, o texto organiza-se em capítulos. No capítulo 1, aborda-se o Contexto linguístico, apresenta-se os pressupostos teóricos que fundamentaram a pesquisa. Inicialmente, aborda-se a construção do léxico a partir de aspectos conceituais, passando pelo signo toponímico até chegar na formação e ampliação do léxico português brasileiro.

No capítulo 2, abordam-se aspectos conceituais da Onomástica, Toponímia e suas relações, a ciência que envolve a Toponímia e a Antroponímia. Além disso, esse capítulo também mostra as classificações taxionômicas e uma breve consideração sobre a hierotoponímia.

No capítulo 3, apresenta-se breve contextualização histórica e informações pertinentes ao período de formação do estado do Tocantins, a partir da constituição do próprio território nacional com a chegada dos portugueses; dos Jesuítas e dos desbravadores na mineração, do século XVI, até os dias atuais. Inicia-se apresentando os fatos a respeito da ocupação tardia do território tocantinense, relacionada a descoberta do ouro e seu término, e influência desses aspectos nos topônimos estudados. Apresenta-se breve histórico sobre a colonização do estado de Goiás, com as terras da porção norte que hoje forma o estado do Tocantins, e a formação de suas cidades, buscando compreender as motivações e os interesses que constituíram a toponímia da época sob a intervenção cristã-católica sobre o território apropriado.

No Capítulo 4, são apresentados os aspectos da abordagem metodológica do trabalho como o caráter da investigação, da fundamentação teórico-metodológica e categoria de pesquisa, bem como da escolha dos instrumentos para coleta e análise de dados.

No capítulo 5, são apresentadas as análises a partir dos levantamentos toponímicos inscritos nas fichas referentes às nomeações de seis cidades tocantinenses que referenciam diretamente a devoção à Maria, mãe de Jesus, na contemporaneidade. Para tanto, utiliza-se o modelo taxionômico de Dick (2004), através de ficha lexicográfico-toponímica, com devidas adaptações, contemplando os seguintes itens: topônimo, localização, município, etimologia, estrutura morfológica, outros topônimos, contexto histórico, motivação toponímica e categoria taxionômica. Além da interpretação e análise dos dados. Por fim, são expostas as considerações finais; referências e anexos.

## CAPÍTULO 1 - CONTEXTO LINGUÍSTICO

Neste capítulo, apresentam-se os pressupostos teóricos que fundamentaram a pesquisa. Inicialmente, aborda-se a construção do léxico a partir de aspectos conceituais, passando pelo signo toponímico até chegar na formação e ampliação do léxico português brasileiro.

### 1.1 LÉXICO: ASPECTOS CONCEITUAIS

O léxico (do grego *lexicon*) pode ser descrito como o repertório de palavras que temos na língua (HOUAIS, 2008). Nesse sentido, os indivíduos têm a sua disposição uma infinidade de opções para serem utilizadas no seu repertório vocabular, tanto virtuais, que ainda não foram institucionalizadas, como aquelas já processadas por ações cognitivas convencionalizadas e dicionarizadas.

Consoante a isso, Isquedo e Krieger (2004) esclarecem que a história das civilizações se entrelaça aos valores pessoais e sociais traduzidos pela visão de mundo do homem, enquanto ser social e, valendo-se dessa condição nomeia aquilo que está ao seu redor para registro e perpetuação cultural. Com isso, as palavras transfiguram uma dimensão complexa, situada nos diferentes discursos, o que exige seu estudo por abordagens teóricas diversificadas.

No que lhe concerne, as áreas que estudam o léxico são diferenciadas conforme o objeto, são elas: a lexicografia – que estuda a problemática da dicionarização e se ocupa das técnicas do trabalho com dicionários; a terminologia – que orienta os fundamentos do estudo aplicado, especializado e teórico dos termos em situações comunicativas acadêmicas, profissionais ou científicas; e a lexicologia – disciplina voltada ao estudo do léxico de forma ampla e sob diferentes perspectivas teóricas (ISQUERDO; KRIEGER, 2004).

Em uma definição mais geral, de acordo com Antunes (2012, p. 27), “o léxico de uma língua, pode ser visto como o amplo repertório de palavras de uma língua, ou conjunto de itens à disposição dos falantes para atender às suas necessidades de comunicação”. Dito isso, o léxico vai muito além da gramaticalização ou dicionarização, compõe, assim, a língua em movimento, pois acompanha a dinamicidade interna e externa das palavras.

Conforme afirma, a linguagem intermedeia nosso modo de representação e de relação com o mundo, visto que a língua é materializada pelas palavras, pois “sem léxico não há língua” (ANTUNES, 2012, p. 27). Alinhada a isso, Carvalho (2009) acrescenta que o léxico depende

não só da realidade linguística, mas também, da realidade extralinguística. Ademais, considera-se em Dias (2016) que:

O léxico é o acervo virtual e real de todas as palavras possíveis de uma língua. O falante tem esse acervo à sua disposição, porém, as escolhas lexicais não são aleatórias, estão ligadas à história, à cultura e à visão de mundo da sociedade. A partir dessas escolhas, o homem nomeia os lugares reais ou imaginários, os cursos d'água, os acidentes geográficos e os seus semelhantes. Para ele, o ato de nomear é uma forma de apoderar-se do mundo por meio da língua (DIAS, 2016. p. 20).

Com isso, vislumbra-se que o homem, enquanto ser social, tem a sua disposição diversas possibilidades lexicais atreladas ao seu contexto histórico e cultural que o serve como fonte de inspiração para nomear os lugares de posse ou onde vive.

Biderman (2001) acrescenta que o léxico é incorporado e categorizado por ações vinculadas à realidade e pelas experiências dos indivíduos com o meio. Sendo estas vivências concebidas, registradas e armazenadas na memória de forma estruturada por um processo sistêmico automático, em que podemos resgatar vários vocábulos quando houver necessidade.

Evidencia-se que o reflexo dessa diversidade línguo-cultural nas nomeações de lugares se materializaram pela expressividade das práticas humanas, para representação do seu modo de vida. “Essas práticas são expressivamente representadas pelo léxico, de modo que os grupos batizam os ambientes ao seu redor, revelando sua cosmovisão e o ‘*modus vivendi*’ de seu grupo” (NUNES, 2015, p. 14).

Conforme postula Sapir (1969, p.45), “o léxico completo de uma língua pode se considerar, na verdade, como o complexo inventário de todas as ideias, interesses e ocupações que açambarcam a atenção da comunidade.” Dessa forma, o processo lexical e linguístico remete ao vínculo histórico diacrônico - aquele ocorrido ao longo do tempo e sincrônico – aquele ocorrido em determinado tempo, permeado por particularidades no surgimento, desenvolvimento e suas mudanças.

Ao relacionar os aspectos históricos dos primeiros séculos da colonização no Brasil, Biderman (2002, p. 65) esclarece que a aculturação dos povos nativos por meio do idioma português, processa-se lentamente, “quando os Jesuítas ensinavam os índios a falar o português.” Biderman (2001) afirma ainda que a linguagem estabelece um elo entre emissor e receptor, uma vez que todo o sistema linguístico constitui uma forma de representação da realidade e o léxico é constituído pela somatória de experiências empíricas da sociedade e de seu acervo cultural.

Desse modo, destaca-se que quando os seres humanos nomeiam aspectos de sua realidade, conseqüentemente classificam e organizam sua percepção de mundo e, ao nomear, também o categorizam. Por isso, a categorização é um processo-base da semântica de uma língua a qual, possibilita o ser humano fazer associações entre palavras e conceitos. Dito isso, este processo de categorização acontece quando os seres humanos conseguem fazer distinção entre características dos “referentes percebidos ou apreendidos pelo seu aparato sensitivo e cognitivo” (DIAS, 2016, p. 33).

Conforme registrado por Biderman (2002), os bandeirantes iam nomeando os lugares a partir da junção do léxico tupi com o léxico português e isso ocorreu pela necessidade de nomear realidades que, até então, eram desconhecidas. Para o entendimento do processo semântico das denominações de lugares, é necessário saber como ocorre a formação do signo toponímico.

## 1.2 SIGNO LINGUÍSTICO E SIGNO TOPONÍMICO

A língua se organiza como sistema através da correlação de signos, que forma conceitos, os quais, serão utilizados por toda a sociedade.

De acordo com os estudos de Guiraud (1980) sobre a significação enquanto processo semântico, condensam a ideia de que signo e significação são universais, pois estão dentro de nós, são processos que se passam em nossa mente. Nessa perspectiva, definir o signo em sua generalidade o configura como um estímulo associado a outro estímulo, do qual se evoca a imagem mental, sendo a significação um processo psíquico, pois tudo se passa na mente. Por exemplo, a associação de uma nuvem escura como indicativo de chuva. Conforme assinala Guiraud (1980, p. 15), “a palavra evoca a imagem da coisa”, pois se busca algo que está guardado na memória.

Assim, o autor apresenta a divisão dos signos em: naturais - relacionados a fenômenos da natureza, reconhecidos e classificados por nossas técnicas, ciências e conhecimentos (índex); e artificiais - relacionados a intervenção humana, os quais reproduzem características naturais, que servem como representação (imagens ou ícones) ou para comunicação de algo já convencionalizado (símbolos).

Assim, o autor formula que signos iconográficos são todos os modos de representação direta do real: fotografias, fonografias; e que signos de comunicação são sempre convencionais

e seu sentido resulta de um acordo entre os que empregam. Por sua vez, os sistemas de comunicação, na maior parte, são mistos, compostos por signos naturais e artificiais.

O estudo do significante e do significado é, segundo o autor, em simultâneo, lógico, psicológico e linguístico. Então, o signo é considerado arbitrário na medida em que não existe entre o significante e significado qualquer relação além de pura convenção dos locutores, do contrário, é chamado motivado. Contudo, um não exclui o outro e toda palavra sempre advém de uma motivação originária (GUIRAUD, 1980).

Desse modo, destaca-se que a motivação é uma força social que tem a linguagem como organismo vivo originalmente empírico. Sendo a língua um sistema de signos que nos serve para a comunicação de ideias, evocando na imaginação do outro, conceitos das coisas que se formam em nossa própria mente.

Nesse sentido, é necessário procurar entender a própria mentalidade do denominador, não como algo isolado, mas como projeção do seu grupo social. O que subsidia o sistema onomástico são realizações virtuais do sistema lexical, compatíveis com o desejo do denominador e com uma série de outras motivações (DICK, 1990).

No que concerne à função locativa, o signo toponímico também é intermediado pela motivação de quem está nomeando. Do mesmo modo, a escolha dos nomes também serve como registro da memória de um grupo, pela revelação de atitudes e comportamentos sociais, que podem estar preservados em manifestações culturais de épocas remotas revestidas de motivações diversas.

Em se tratando da dimensão cultural, Hall (2006), destaca que a cultura e seu sentido produz um enorme efeito sobre os indivíduos. A ideia de pertencimento ajuda a criar, assim, uma identidade nacional e esta, por sua vez, não deixa de estar interligada a representações políticas. Dessa forma, o topônimo não está alheio ao contexto sociocultural e ambiental, pelo contrário, está diretamente relacionado com o ambiente físico ou com manifestações psíquicas, culturais, políticas e sociais do lugar, como evidenciado por Dick (1990):

em nível de língua, a função denominativa se define pelo arbitrário ou convencional, no plano da Toponímia, ela se apresenta essencialmente motivada, ou impulsionada por fatores de diferentes conteúdos semânticos, que poderão conduzir à localização de áreas toponímicas, em correspondência, ou não, às respectivas áreas geográfico-culturais (Dick, 1990, p. 22).

Por conseguinte, na Toponímia, a função denominativa é essencialmente motivada pois sempre está correlacionada a algum contexto, seja ele real ou virtual. Nesse sentido, a seleção

de um determinado nome para identificar um lugar se deve não só pela originalidade da motivação semântica da denominação, mas pode estar relacionada a diferentes aspectos que motivam o ato de nomear seres humanos ou acidentes físicos, visto que “o que era arbitrário, em termos de língua transforma-se, no ato do batismo de um lugar, em essencialmente motivado, não sendo exagero afirmar ser essa uma das principais características do topônimo” (DICK, 1990, p. 38).

Por isso, o signo toponímico reflete léxico e cultura, pois aspectos ideológicos do nomeador podem ser revelados através da escolha de um designativo. A toponímia se mostra com isso, como um espaço de reconhecimento da cosmovisão do grupo. Além de congregar saberes dos diferentes ramos (linguísticos, geográficos, históricos, sociológicos culturais, ideológicos, artísticos) daquele que designa (DICK, 1990; 1992).

Face ao exposto, a ação de denominar pode ser impulsionada pela realidade do denominador ou em consonância com a integração ambiental da realidade nomeada. Em outras palavras, para nomear o homem se fundamenta em seu entorno vivencial e combina motivação, convenção, identificação e legitimação. Para Dick (1992), a formalização do topônimo na nomenclatura onomástica ocorre mutuamente entre os termos formadores, pois se une o elemento geográfico que o identifica ao elemento especificador, e pela sua junção terá o sintagma toponímico. Sendo o topônimo o nome próprio dado a determinado acidente geográfico.

De acordo com Dick (1990; 1992), estruturalmente o sintagma toponímico é formado pelo elemento genérico e pelo elemento específico. Sendo o primeiro, representado pelo elemento geográfico - o que será denominado, enquanto o segundo - o termo que especifica, identifica e singulariza o topônimo, propriamente dito. Disso se entende que todos os topônimos, se forem um nome simples ou composto, seguem as regras de formação de palavras. A exemplo, cidade = termo genérico; Conceição do Tocantins = termo específico.

Para entender a constituição linguística dos topônimos tocantinenses em estudo é fundamental buscar na teoria toponímica, primeiramente, os recursos para a sua compreensão, ou seja, saber como uma formação linguística une-se a um lugar a partir da sua configuração na nomenclatura onomástica.

Assim, de acordo com a estrutura da língua em que os topônimos estão inseridos, a ocorrência no sintagma toponímico, pode ser de forma justaposta (Aparecida do Rio Negro) ou aglutinada (Paraúna, “rio negro” em tupi). Observa-se que o elemento genérico pode estar acompanhado de um termo caracterizador, tornando-o mais descritivo como em *rio negro*.

No que se refere à constituição morfológica dos topônimos, Dick (1992) sugere que os topônimos podem apresentar três estruturas: topônimo ou elemento específico simples - determinado por um só formante, a exemplo, *Fátima*; e que pode apresentar-se acompanhado também de sufixação diminutiva, aumentativa, ou de outras significações linguísticas, a exemplo: terminações em *lândia*, (Barrolândia); *pólis* (Marianópolis); topônimo composto ou elemento específico composto, aquele que se apresenta com mais de um elemento formador, de origens diversas entre si, do ponto de vista do conteúdo, a exemplo: *Santa Maria do Tocantins*; além do topônimo híbrido ou elemento específico híbrido formado por elementos linguísticos de diferentes procedências. Essa categoria de formação na toponímia brasileira estabeleceu-se com a língua portuguesa + indígena ou indígena + portuguesa, a exemplo: *Conceição do Tocantins*.

Essa constituição morfológica proposta por Dick (1992) tem função de base para identificar a estrutura linguística dos topônimos tocantinenses em conjunto com a teoria lexical de formação de palavras na língua portuguesa. No próximo tópico, serão abordados aspectos responsáveis pela formação lexical do português brasileiro.

### 1.3 FORMAÇÃO DO LÉXICO PORTUGUÊS BRASILEIRO

É usual o léxico de uma língua estar em constante renovação, pois está sempre em expansão. Ao observar os processos pelos quais a ampliação lexical ocorre, Carvalho (2009) destaca que o azevo lexical da língua portuguesa tem formação a partir do latim popular, e como base, palavras que sofreram transformações no romance lusitânico, e por contribuições de elementos pré-romanos e pós-romanos, das línguas europeias, extraeuropeias, latinas e não latinas.

Dessa forma, essas relações linguísticas funcionam como um meio para as modificações que constituem o padrão fonético e morfológico do português atual, ocasionados tanto por mecanismos de expansão com ocorrência no próprio desenvolvimento da língua ou pela renovação através de adaptações advindas de outras línguas. Essa ampliação lexical ocorre por empréstimos linguísticos, estrangeirismos, neologismos e hibridismos.

Os empréstimos linguísticos, conforme Carvalho (2009), não são o resultado de uma inovação propriamente dita. Entretanto, se referem a adoção ou adaptação de um termo estrangeiro, diante das exigências de um novo contexto discursivo, sendo a maneira mais

produtiva de renovação lexical na língua brasileira, principalmente em decorrência da globalização.

De acordo com Carvalho (2009), com relação ao neologismo têm-se dois tipos: o que é feito pela inovação na forma, neologismo formal, ou inovação no significado, neologismo semântico. O neologismo formal constitui-se pelos processos de composição e derivação, pela criação de termos através de siglas, gírias, onomatopeias e através de redução. Por sua vez, o neologismo semântico, ocorre pela atribuição de novo significado a uma palavra existente na língua.

Outro mecanismo de formação de palavras que surge quando o empréstimo é classificado quanto a sua origem, o qual não deve ser desconsiderado, é o hibridismo. Faz referência àquelas palavras constituídas de elementos de duas línguas distintas. Como nos exemplos, *televisão* (grego + português), *burocracia* (francês + grego), *álcool* (árabe + grego). (MONTEIRO, 2002).

É notório na língua portuguesa, os processos mais produtivos de formação de palavras decorrerem da derivação e da composição. Enquanto na derivação é anexado um elemento não independente, na composição combinam-se duas ou mais raízes. A derivação é composta por afixos (sufixo e prefixo) a um morfema lexical e divide-se em quatro tipos: prefixal, sufixal, prefixal e sufixal, e parassintética.

De acordo com Câmara Júnior (1975), a derivação prefixal ocorre com acréscimo de um prefixo ao morfema lexical, ex.: *encantar*, *desfazer*. A sufixal é aquela formada por acréscimo de um sufixo, ex.: *rapidamente*, *florista*. A derivação prefixal e sufixal forma-se pelo acréscimo tanto de um prefixo quanto de um sufixo, ex.: *infelizmente*. Já na parassintética há o acréscimo simultâneo de prefixo e sufixo ao morfema lexical, ex.: *emagrecer*. Já no processo de redução, ocorre o contrário, é feito pela subtração de morfemas, ex.: *moto* para *motocicleta*.

A derivação se expandiu muito mais no latim vulgar. Os sufixos existentes tiveram expansão e outros foram surgindo por combinações na própria língua ou por empréstimos, principalmente, do grego. Sendo que, no português moderno, também é sempre possível a criação de novos adjetivos e substantivos pelo acréscimo de sufixos. Especificamente, considerados os mais produtivos *-oso*, *-ud* (o, a), *-átic* (o, a), *-vel*, *-ês*, *-ão*, *-eir* (o, a), *-ad* (a), *-agem*, *-dor*, *-douro*, *-dad* (e), *-ismo*, *-ment* (o), *-ção*, dentre outros.

Conforme Dias (2016), no léxico topônimo brasileiro a derivação sufixal também é bastante produtiva. Nos topônimos tocantinenses são encontrados os seguintes sufixos: *-inho*

(Brejinho de Nazaré, Malhadinha), - *pólis* (Silvanópolis, Palmeirópolis), -*lândia* (Barrolândia, Cristalândia) -*ão* (Riachão, Redenção) – *eir* (a, o) (Mateiros, Lavandeira) entre outros.

Com relação à composição de palavras, o processo é definido pela estrutura, depende da fusão ocorrida, por aglutinação ou justaposição. Na justaposição, os elementos se combinam mantendo autonomia fonética. Na aglutinação, os elementos fundem-se num todo fonético, há perda ou alteração de fonema. De acordo com Basílio (1987), o composto pode ser formado por substantivo + substantivo, sendo o primeiro o núcleo e o segundo, um especificador, a exemplo: *sofá-cama*; *couve-flor*. Estabelece que

Em composição de substantivo + adjetivo, o núcleo é sempre o substantivo e o adjetivo o modificador, independente da ordem que ocorrer como em *erva-doce*, *amor-perfeito*. Em composto formado com verbo + substantivo, o substantivo tem a função semelhante a do objeto direto do verbo na sentença como em *guarda-roupas*, *mata-mosquito*, *beija-flores* (BASÍLIO, 1987, p. 31).

A autora destaca que a composição funciona como nomeador ou caracterizador de seres pela junção de dois elementos semânticos independentes, em apenas um elemento lexical. Essa nomeação por esse processo pode ser descritiva ou metafórica, independente dos casos de acidentalidade, ou nomeação arbitrária.

Assim, na nomeação descritiva há objetividade de forma e substância das características descritas. Tem-se nessa categoria de composição o núcleo e um elemento especificador. Exemplos desse tipo encontram-se nas formações de substantivo + substantivo, como em *sofá-cama*, *papel-alumínio*. Em situação de nomeação metafórica, a descrição do objeto, ao invés de caracterizá-lo por critérios objetivos, estabelece para este uma descrição a propriedades transferidas em termos associativos a exemplo, considera-se *olho-de-sogra*.

Em referência ao léxico toponímico, Dias (2016) afirma que ao contrário da baixa produtividade dos processos de derivação prefixal, apresentado anteriormente, o processo de composição é altamente produtivo pela justaposição, tanto substantivo + substantivo, substantivo + adjetivo quanto adjetivo + substantivo. A exemplo, alguns topônimos tocantinenses podem ser citados: *Aparecida do Rio Negro (TO)* (subs. + subs. + adj.), *Conceição do Tocantins (TO)* (subs. + subs.), *Chapada da Natividade (TO)* (subs. + subs.), *Porto Nacional (TO)* (subs. + adj.), *Santa Maria do Tocantins (TO)* (adj. + subs. + subs.).

Nestes termos, palavras são criações humanas e resultam de processos de criação consciente, espontânea, descontínua, entretanto, evolutiva da linguagem, de forma individual e coletiva, de forma inconsciente e progressiva (CARVALHO, 2009).

Diante do exposto, todos esses processos confirmam a produtividade dos vários mecanismos de transformação e ampliação do sistema linguístico, os quais se configuram pela criatividade do falante em veicular representações que continuamente vão sendo absorvidas pela comunidade de fala.

## CAPÍTULO 2 - ONOMÁSTICA E TOPONÍMIA

Neste capítulo, trata-se de pressupostos teóricos da Onomástica, a ciência que envolve a Toponímia e a Antroponímia. Consequentemente, a seguir, traz-se informações a respeito das contribuições da Toponímia com o objetivo de apresentar os conceitos básicos dessa subárea e sua projeção histórica. Além disso, o capítulo também mostra as classificações taxionômicas e, em especial, uma breve consideração sobre a hierotoponímia.

### 2.1 TOPONÍMIA: CONTRIBUIÇÕES

Essa pesquisa se integra à Onomástica, que, conforme postula Dick (1992, p. 16), “tem duas divisões principais a Toponímia, que se configura como uma disciplina que trata do estudo dos nomes próprios dos lugares, e a Antroponímia, que trata do estudo dos nomes de pessoas”. A toponímia, como parte integrante dessa grande área da linguística – a Onomástica, abrange a etimologia do próprio vocábulo (do gr. *Topos*, “lugar” e *onoma*, “nome”), visto que é impossível falar de uma sem abranger a outra, pois estão interligadas, de modo que uma fornece subsídios à outra, permitindo a respectiva aproximação.

Afirma que “Toponímia e Onomástica acham-se, assim, em uma verdadeira “relação de inclusão”, em que aquela será sempre, desta” (DICK, 1990, p. 36). Além disso, tem abrangência em outras grandes áreas do conhecimento, como a Antropologia, História, Etimologia, Geografia, entre outras. Por conseguinte, este estudo está circunstanciado, de maneira pluridisciplinar, com alcance nessa rede de relações e de fenômenos entre diferentes áreas do conhecimento, visto que “a Toponímia é um imenso complexo linguo-cultural, em que os dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente” (DICK, 1990, p. 35).

De acordo com Carvalhinhos (2008), enquanto estudo sistematizado disciplinar, a toponímia surgiu no século XIX, como importante elemento pragmático de organização espacial, a partir de estudos de Auguste Longnon, sendo sua obra *Les noms de Lieu de la France* (Nomes de Lugares da França), referência clássica para outros estudiosos. Ressalta-se ainda que a primeira gramática ocidental foi sistematizada por Dionísio de Trácia (a *Tékhne Grammatiké* - Séc. II A.C.) e, temporalmente, houve avanços teóricos metodológicos que decorreram da linguística e da semântica. Com isso, os estudos toponímicos que tinham um

viés filológico e etimológico ganharam novos rumos, do ponto de vista linguístico e extralinguístico.

Após sua sistematização enquanto disciplina, no século XIX, os estudos toponímicos concentravam-se em três frentes: a primeira – etimológica, ou seja, funciona como ferramenta de reconstituição de línguas antigas; a segunda - geográfica e cartográfica, cria normatizações terminológicas; e a terceira, mescla as duas últimas. Como impulsionadores desses estudos toponímicos tem-se Albert Dauzat, no século XX, na França; George Stewart, nos Estados Unidos – EUA, sob viés mais humanizado, nas décadas de 50 e 60 deste mesmo século; Auguste Vicent na Bélgica; José Leite Vasconcellos em Portugal; e Adolfo Salazar Quijada na Venezuela (CARVALHINHOS, 2008).

No Brasil, no início, os estudos toponímicos ficaram vinculados à listagem de vocábulos na língua tupi, para apresentar sua etimologia. Como podemos contemplar nas obras de Teodoro Sampaio (1901), Levy Cardoso (1961) e Carlos Drummond (1965), importantes documentos que conservam a originalidade e historicidade dos nomes (CARVALHINHOS, 2008).

Contudo, Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, pesquisadora brasileira, que hoje é referência para produção de pesquisas na área, orientada por Carlos Drummond - um dos importantes e clássicos estudiosos da Toponímia brasileira, percebe a toponímia não mais com apenas um olhar etimológico, mas como um campo de abrangência muito mais extenso e cheio de possibilidades. A publicação de sua Tese de Doutorado “*A motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxionômicos*”, no ano de 1980, na Universidade de São Paulo (USP), constituiu estudos visionários que contemplam o sistema semântico, lexical e, conseqüentemente, toponímico do nosso país.

A partir do estudo de renomados autores, Dick sistematizou uma terminologia técnica, com conceitos sólidos e importantes para melhor entendimento desse campo de estudo, que cobriu a lacuna existente, até então. Dessa maneira, as relações da toponímia com diferentes áreas do conhecimento foram estreitadas. Otimizou-se o entendimento da toponímia com foco no signo linguístico investido de função toponímica em que socializam várias vertentes: de origem, estrutura, distribuição geográfica, significação, transformação histórica e social do grupo que habita o local (DICK, 1987).

Conforme destaca Isquerdo (2012, p. 81), o ato de nomear não é restrito ou isolado, pelo contrário, faz parte da sociabilidade humana, visto que “a ação de nomear os lugares sempre foi exercida pelo homem como uma forma de localização e de delimitação do espaço onde habita e exerce suas atividades profissionais”. Assim, reitera-se Dick (1990) que o ato de

nomear as coisas se apresenta como intrínseco à civilização humana para manifestação designativa de lugares e na construção de identidades.

Nessa perspectiva, Solís (1997) destaca que os nomes são produtos de algo provocativo, e esse algo é o sistema de denominação elaborado pelas culturas para nomear entidades que são percebidas pela atividade cognitiva. Nesse sentido, a toponímia configura-se como registro de informações que poderiam ser esquecidas em um lapso de tempo, mas não são, justamente porque funcionam como uma fonte segura de possíveis respostas e, a esse fim, se prestam como:

Verdadeiros “testemunhos históricos” de fato e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da vida de uma população, encerram, em si, um valor que transcende ao próprio ato da nomeação: se a Toponímia situa-se como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal. Chega, muitas vezes, a se espalhar além de seu foco originário, dilatando, conseqüentemente, as fronteiras políticas, e criando raízes em sítios distantes. Torna-se, pois, a reminiscência de um passado talvez esquecido, não fora a sua presença dinâmica (DICK, 1990, p. 22).

Geralmente, os dados toponímicos ficam registrados nos atlas toponímicos. Estes, por sua vez, se singularizam por seu caráter documental, à medida que registram dados de determinada sincronia e os conservam para a posteridade, razão pela qual se configuram como fonte inesgotável para futuros estudos, em especial os voltados para o registro histórico, multiplicando, dessa forma, seu valor e importância para futuras gerações.

Os estudos toponímicos no Brasil, sob viés Dickiano, são recentes e, inicialmente se concentravam na Universidade de São Paulo (USP). Concernente ao estudo do Atlas Toponímico Brasileiro – ATB de Maria Dick, vinculado a esse, tem-se o Projeto do Atlas Toponímico do estado de São Paulo – ATESP. Se descentralizaram por todo o país a partir da década de 1990. Com isso, novos projetos foram surgindo e redesenhando o quadro de estudos toponímicos em outras universidades públicas brasileiras, com a supervisão científica da prof. Maria Dick.

Com a expansão nos estudos, hoje, são vários os projetos espalhados por todo Brasil. Inclusive, destacam-se as importantes contribuições do grupo de estudos do estado do Tocantins, coordenado pela professora Doutora Karylleila dos Santos Andrade, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), para fins didáticos no ensino básico e de registro, como é o caso do Atlas Toponímico Tocantinense – ATT (ANDRADE, 2006).

Portanto, o papel dos Atlas Toponímicos é divulgar a toponímia em âmbito regional ou nacional, dando, dessa forma, maior visibilidade à área. Além de contribuir para levantamento e estudo de estratos linguísticos decorrentes das camadas étnicas formadoras do povoamento

da região estudada. Assim, um Atlas dessa natureza, é constituído por amplo estudo sobre topônimos de determinado espaço geográfico, geralmente, tem início com o preenchimento da ficha lexicográfico-toponímica (estudo filológico linguístico, etno-histórico dos designativos de lugares), acompanhados de mapas gerais, específicos, temáticos, representativos das diferentes dimensões que orientaram a pesquisa (ISQUERDO; KRIEGER, 2004).

## 2.1 CLASSIFICAÇÕES TAXIONÔMICAS

O contexto de formação histórica do país, bem como do estado do Tocantins, foram constituídos de forma plural. Diante desse pressuposto, para Dick (1990; 1992), a formalização de nomeações são constituídas por diferentes motivações que evocam no denominador o ato de nomear lugares. No seu modelo de categorização toponímica Dick (1990, p. 24) concebe a motivação semântica “a nível sincrônico de averiguação dos fatos, reservando-se o levantamento diacrônico, dos dados concorrentes para o estudo descritivo das taxes, isoladamente consideradas”, revestida de motivações ou por interesses diversos.

Em demonstração a isso, de forma organizada, distribui essas ocorrências em taxionomias. Para a autora, o termo *taxe* corresponde à identificação e classificação dos fatos cósmicos em duas ordens: física e antropocultural. As duas categorizações possuem universo associativo de particularidades bem definidas, de forma a permitir aferição objetiva de causas motivadoras dos designativos geográficos.

Esse modelo teórico engloba 27 (vinte e sete) taxes, distribuídas em dois grupos, conforme a natureza motivacional (semântica): 11 (onze) taxes têm relação com o ambiente físico, de Natureza Física; e 16 (dezesesseis) taxes se direcionam ao homem e sua relação sociais e culturais, de Natureza Antropocultural. São conceituadas, sob os seguintes aspectos: taxionomias de natureza física: referentes a corpos celestes, posições geográficas, cores, dimensões, espécies vegetais, minerais ou animais, acidentes hidrográficos, em geral, formas de relevo, fenômenos atmosféricos e formas geométricas, classificadas da seguinte forma:

- a) Astrotopônimos:** topônimos relativos aos corpos celestes, em geral. Ex.: Estrela (BA).
- b) Cardinotopônimos:** topônimos relativos às posições geográficas, em geral. Ex.: Praia Norte (TO).
- c) Cromotopônimos:** topônimos relativos à escala cromática. Ex.: rio Branco (AM).
- d) Dimensiotopônimos:** topônimos relativos às dimensões dos acidentes geográficos. Ex.: Ponte Alta do Tocantins (TO).

- e) **Fitotopônimos:** topônimos relativos aos vegetais. Ex.: Pequiizeiro (TO).
- f) **Geomorfotopônimos:** topônimos relativos às formas topográficas (formas de relevo terrestre). Ex.: Chapada da Natividade (TO).
- g) **Hidrotopônimos:** topônimos relativos a acidentes hidrográficos, em geral. Ex.: Rio dos Bois (TO).
- h) **Litotopônimos:** topônimos relativos aos minerais e constituição do solo. Ex.: Barrolândia (TO).
- i) **Meteorotopônimos:** topônimos relativos a fenômenos atmosféricos. Ex.: Ventania (SP).
- j) **Morfotopônimos:** topônimos relativos às formas geométricas. Ex.: Triângulo (MT).
- l) **Zootopônimo:** topônimos referentes aos animais. Ex.: Peixe (TO).

Taxionomias de natureza Antropocultural - referentes ao psiquismo humano, tais como nomes de pessoas, espaços territoriais, indicativos cronológicos, expressões cristalizadas, habitações em geral, cultura material, grupos étnicos, termos de origem religiosa, fatos ou personagens históricos, vias rurais e urbanas, numerais, aglomerados populacionais, atividades profissionais, locais de trabalho e pontos de reunião e, por fim, a relações metafóricas relativas a partes do corpo humano ou de algum animal. Segue as classificações dessa categoria:

- a) **Animotopônimos (ou Nootopônimos):** topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual. Ex.: Paraíso do Tocantins (TO).
- b) **Antropônimos:** topônimos relativos aos nomes próprios individuais. Ex.: Pedro Afonso (TO).
- c) **Axiotopônimos:** topônimos relativos aos títulos e dignidades que acompanham nomes próprios individuais. Ex.: Presidente Kennedy (TO).
- d) **Corotopônimos:** topônimos relativos a nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes. Ex.: Filadélfia (TO).
- e) **Cronotopônimos:** topônimos relativos aos indicadores cronológicos representados pelos adjetivos, novo (a), velho (a). Ex.: Novo Jardim (TO).
- f) **Ecotopônimos:** topônimos relativos às habitações em geral. Ex.: Taipas do Tocantins.
- g) **Ergotopônimos:** topônimos relativos aos elementos da cultura material. Ex.: Balsas (MA).
- h) **Etnotopônimos:** topônimos relativos aos elementos étnicos isolados ou não (povos, tribos, castas). Ex.: Xambioá (TO).
- i) **Dirrematopônimos:** topônimos constituídos de frases ou enunciados linguísticos. Ex.: Há Mais Tempo (MA).

- j) Hierotopônimos:** topônimos relativos a nomes sagrados de crenças diversas, a efemérides religiosas, às associações religiosas e aos locais de culto. Esta categoria subdivide-se em: **i) Mitotopônimos:** entidades mitológicas. **ii) Hagiotopônimos:** referente a nomes de santos ou santas do hagiológico católico romano. Ex.: Natividade (TO).
- k) Historiotopônimos:** topônimos relativos aos movimentos de cunho histórico, aos seus membros e às datas comemorativas. Ex.: Carolina (MA).
- l) Hodotopônimos:** topônimos relativos às vias de comunicação urbana ou rural. Ex.: Passagem Franca (MA).
- m) Numerotopônimos:** topônimos relativos aos adjetivos numerais. Exemplo: Dois irmãos (TO).
- n) Poliotopônimos:** topônimos relativos pelos vocábulos, vila, aldeia, cidade, povoação, arraial. Ex.: Vila Quixaba (TO).
- o) Sociotopônimos:** topônimos relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro da comunidade, aglomerados humanos. Ex.: Pescador (MG).
- p) Somatopônimos:** topônimos relativos metaforicamente às partes do corpo humano ou animal. Ex.: Pé de Serra (BA).

Em consideração ao que foi exposto, no próximo tópico será explicitado a categoria dos hierotopônimos mais detalhadamente, visto que essa é a categoria taxonômica escolhida para o estudo.

### 2.3 HIEROTOPÔNIMOS

Destaca-se, nos estudos de Dick (1990), nesse modelo composto por 27 taxes, na categoria Antropocultural, maior ênfase aos antropônimos e hierotopônimos. Nos primeiros, a correlação ocorre abundantemente, seja na forma completa de nomes, prenomes ou mesmo apelidos de família- alcunhas, registrados por todo o país, por nomes de pessoas para designação de lugares.

Em referência aos hierotopônimos (topônimos relativos a nomes sagrados de crenças diversas, a efemérides religiosas, às associações religiosas e aos locais de culto); subdivididos em mitotopônimos (nomes de seres místicos) e Hagiotopônimos (referentes santos e santas do hagiológico católico). Os últimos, em recorrência por todo o país, não diferente no estado tocantinense, são constituintes do *corpus* desta pesquisa.

Conforme Dick (1990), os hierotopônimos se concentram de modo mais marcante na região sudeste, no estado de Minas Gerais, pela religiosidade do povo e pela maior presença do europeu naquele espaço no período de colonização. Esses agentes também foram atuantes direcionadores de nomeações que referenciam nomes de santos e santas do hagiológico católico, com maior incidência aqueles de preferência popular: São José, Santo Antônio e Santa Ana.

Em considerações apresentadas pela autora, a diversificação da natureza toponímica está ligada a diversos campos semânticos e, este dado coloca em evidência “a própria conformação dos motivos que os animam” (DICK, 1990, p. 365). Ressalta-se, que a necessidade de nomear constitui a essência humana e as motivações para tal prática podem se configurar por ordens diversas, visto que estão justificadas por seu próprio modo de viver.

Nesse sentido, é importante ressaltar que denominações que referenciam o sagrado em suas diferentes formações lexicais, não podem ser ignoradas, uma vez que o viver em comunidade e o bem-estar comum podem ter forte influência nas escolhas destes topônimos. Sob esse ponto de vista, o viver em comunidade equivale a também viver em suposta comunhão, partilhando de um mesmo ideal, desse modo “entende-se que o sagrado é parte inerente ao homem enquanto cultura. Talvez os elementos sagrados se mostrem imperativos para o bem-estar do homem” (AGUIAR, 2018, p. 99).

Outrossim, estes valores simbólicos geralmente comungam de um mesmo viés ideológico, pois signo e ideologia se inter cruzam, “tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo” (BAKITIN, 2006, p. 29). Vinculado a essa perspectiva, considera-se que “é o simbolismo das formas linguísticas que transforma nomes em lugares existenciais e indivíduos em personalidades sociais” (DICK, 2001, p.79). Haja vista que as escolhas também podem estar relacionadas à representatividade de algo, para um grupo que partilha dos mesmos interesses ou crenças.

Desse modo, é interessante salientar a representatividade de Maria no estado do Tocantins, não só em termos de múltiplas titulações, mas também, como ícone simbólico e pelo reconhecimento que ganhou propulsão marcadamente histórica, durante o processo de formação do Brasil, herdada do seu único colonizador, Portugal. Nesse viés, Dick (2001) considera que Maria, se configura como um antropônimo perene e produtivo na cadeia lexical, por razões religiosas que são integrantes da memória popular.

Para Dick (1990), achando-se aqui nesta terra campo propício para estabelecimento do Cristianismo, destaca as motivações religiosas representadas em nomes de aldeias e vilarejos,

ao lado de igrejas e estabelecimentos católicos, se predispunham em favor da divulgação da fé católica no princípio da ocupação colonialista, valendo-se pela Companhia de Jesus como intercessora da campanha espiritual no Brasil, designada por igreja católica.

A partir da significativa influência da igreja católica em países da Europa, não somente relacionado a aspectos religiosos, mas também em aspectos políticos e sociais, não poderia diferir aqui nas novas terras a sem exploradas, bem como a introdução onipresente de santos e santas de seu apostolado, evidentemente, de Nossa Senhora, nos lugares de ocupação. Com isso, Dick (1990) verifica essa extensão à toponímia francesa.

São, porém, os nomes de influência religiosa os mais significativos do período que se estende do Século XI e, talvez, de toda a época moderna. Realmente, mosteiros, igrejas, paróquias, capelas. Oratórios, como, anteriormente, celas e abadias, deixaram as suas marcas na toponímia francesa, reveladoras que eram de uma tendência de recolhimento espiritual e elevação ao Divino, com o despojamento dos resquícios da materialidade inerente aos homens, e cujos reflexos serão encontrados, por certo, em toda Europa católica (DICK, 1990, p. 101).

Neste caso, ao situar essa ocorrência já no período medieval, que se estende ao território recém-descoberto, fica claro a obviedade da recorrência de se designar lugares com locativos religiosos. Haja vista a obediência de Portugal a Roma, e enquanto país católico, tornou “realidade a intenção evangelizadora pelo Papa Alexandre VI, preconizada na Bula Inter Coetera de 4 de maio de 1493, retificada, depois, pelo Tratado de Tordesilhas, com vista às terras do Novo Mundo.” (DICK, 1990. p. 312). Não obstante, de acordo com Dick (1990, p. 312)

Ninguém ignora, por exemplo, que o Brasil nasceu sob o signo da Cruz e da Fé, e é justamente nesses elementos que se deve ir buscar as raízes da toponímia religiosa nacional, assentada, em seus primórdios, na Carta de Pero Vaz de Caminha, nos próprios preparativos da esquadra cabralina que culminaram na descoberta do Brasil, em motivos mais distantes que impulsionaram o ciclo das grandes navegações portuguesas; e, recuando ainda um pouco mais, na própria filosofia medieval de exaltação dos bens espirituais e do desejo de propagar o Santo Nome de Cristo e Seus ensinamentos, entre os povos pagãos; produção contrária, portanto, à atitude renascentista, voltada para a materialidade e transitoriedade dos valores humanos.

Por conseguinte, a Toponímia está envolta pela Cruz e fé desde o período de colonização até os dias atuais. Foi proposital a escolha de Pedro Alvares Cabral, para que pudesse fazer valer a Bula Papal, estabelecida com o intuito de propagação do Cristianismo. Ao enviar como capitão da armada portuguesa Pedro Alvares Cabral, sendo este, um fidalgo e militar católico fervoroso, por certo que carregaria consigo também, essa representatividade efervescente da fé cristã-católica.

Conforme destaca Dick (1990, antes de partir em viagem foi aclamado “com toda pompa e necessário espírito cristão”, com missa na Ermida de Nossa Senhora do Belém, foram abençoados a bandeira, as relíquias e cruzes que seriam transportadas pelos navegantes durante a travessia marítima. Acompanhado do Frei Henrique de Coimbra e colocados todos, sob a proteção espiritual de Nossa Senhora da Esperança. Com isso, faz a reflexão que nem surpreende as nomeações das embarcações condizentes ao contexto místico cristão ao qual estavam envoltos como: Anunciada, Espírito Santo, Santa Cruz, São Pedro, Trindade (DICK, 1990, p.313). A contento, conforma-se ao vislumbre da partida entre a Fé e a Cruz, para a conquista de um território, até então, desconhecido, mas promissor e cheio de possibilidades.

Para descrever como ocorreu o processo de constituição dos hierotopônimos, evidenciando aqueles direcionados à Nossa Senhora, no próximo capítulo será tratado de forma breve, o contexto histórico do estado do Tocantins e o contexto mariano.

## CAPÍTULO 3 - CONTEXTO HISTÓRICO

Neste capítulo, faz-se uma breve contextualização histórica e apresentam-se informações pertinentes ao período de formação do estado do Tocantins, a partir da constituição do próprio território nacional com a chegada dos portugueses, dos Jesuítas e dos desbravadores na mineração, do século XVI, até os dias atuais. Inicia-se apresentando os fatos a respeito da ocupação tardia do território tocantinense, relacionada a descoberta do ouro e seu término e a influência desses aspectos nos topônimos estudados. Apresenta-se breve histórico sobre a colonização do estado de Goiás, com as terras da porção norte que hoje formam o estado do Tocantins e a formação de suas cidades, buscando compreender as motivações e os interesses que constituíram a toponímia da época, sob a intervenção cristã-católica sobre o território apropriado.

### 3.1 CONTEXTO HISTÓRICO TOCANTINENSE

Em relação ao processo de ocupação territorial do estado do Tocantins, mesmo que tardiamente, no início do século XVIII, pela falta de interesse dos portugueses pelo interior do Brasil, acabou seguindo os moldes de colonização do restante do território brasileiro. Esse processo de ocupação também carrega os resultados culturais de tradições aportuguesadas, que remetem ao período de conquista e apropriação local.

Apesar de ser considerado novo, o estado do Tocantins teve reconhecimento e autonomia firmados a partir de 1989, logo após a Constituição Federal de 1988. Antes fazia parte integrante das terras do estado de Goiás, conhecido como norte goiano. Parente (2007, p. 57) reporta norte de Goiás, como denominativo inicialmente atribuído a uma região das “Minas de Goyáses”, que, a princípio, dizia respeito a localização geográfica de uma sequência de descobrimentos auríferos, na terceira década do século XVIII. Não obstante,

O período das entradas e bandeiras, sobretudo pelos colonos paulistas e pelas expedições de jesuítas pelos rios Araguaia e Tocantins, foi um marco na formação da toponímia de Goiás. Por onde andavam, os sertanistas promoviam a nomeação de elementos físicos (rios, córregos, ribeiros, serras, morros etc.) e elementos humanos e culturais (arraiais, povoados, julgados etc.), marcando a paisagem local, a fim de subsidiar a produção de uma cartografia que lhes favorecesse alcançar seus objetivos: o apresamento de índios e, mais tarde, a busca por minérios preciosos. Para além dessa finalidade utilitária e finalística, sentiam que estavam se apossando verdadeiramente das terras e de tudo quanto havia nela. Nesse processo de nomeação, valiam-se os colonos tanto da língua geral e de seus signos quanto da representação católica ibérica (ANDRADE; FLORES, 2017, p. 253).

Conforme destacado, o método de nomear lugares, trazido pelos colonizadores portugueses, tem registros que datam desde o século XVI no Brasil, com a passagem dos desbravadores, que por aqui chegavam e iam se apropriando das terras e riquezas que encontravam, povoando e demarcando esses lugares com nomes simbólicos, motivados, muitas vezes, pela imposição e legitimação de suas ideologias, ignorando os nomes preexistentes estabelecidos pelos povos nativos, atropelando assim, sua cultura.

De acordo com Hall (2006), quando culturas nacionais são mais expostas às influências externas, torna-se difícil preservar suas identidades culturais intactas ou impedi-las de enfraquecer-se com o bombardeio cultural e infiltração de outros povos.

Para Palacin e Moraes (2008), Goiás sempre foi rota de passagem dos bandeirantes e jesuítas, desde os primeiros dias de colonização, no século XVI. Sendo as bandeiras, expedições organizadas militarmente, funcionavam como uma espécie de acordo comercial a serviço do rei, que geralmente saiam do estado de São Paulo e seguiam até o extremo norte de Goiás, atual estado do Tocantins. Essas expedições também partiam principalmente da Bahia, centro da colonização na época, tinham caráter oficial para exploração das riquezas do interior ou eram organizadas por empresas comerciais para a captura de indígenas.

Já os Jesuítas, sempre passavam pela região, pois haviam criado na Amazônia um sistema de aldeamentos. Nas expedições fluviais pelo rio Tocantins, chegavam a Goiás e levavam os índios goianos para o sul e para o norte, traçavam roteiros, porém não se instalavam em povoações.

O estado de Goiás, por estar situado no espaço geográfico entre Minas Gerais e Cuiabá, grandes centros de exploração, naquele momento, despertou o interesse de alguns desbravadores. Como foi o caso da expedição a Goiás, em busca de minas de ouro, liderada por Bartolomeu Bueno da Silva – Anhangüera, após muitas intempéries e abandono por parte de alguns membros, saiu vitoriosa com a descoberta de ouro, após três anos de buscas na região do Rio Vermelho onde se fundou o Arraial de Sant’ana, depois chamado Vila Boa e, mais tarde, Cidade de Goiás, por duzentos anos, capital do estado.

Neste contexto, o povoamento do norte goiano, atual estado do Tocantins, só ocorreu após a descoberta de ouro, no século XVIII, mesmo assim, ocorreu de forma “irregular e instável”, como geralmente acontecia. Quando se descobria uma mina, havia intensa atividade, ocorria o deslocamento de pessoas vindas de todo o país para aquele local em busca de riquezas (PALACIN; MORAES, 2008, p. 17).

Contudo, o norte da capitania de Goiás apresentava condições peculiares, que, por vezes, dificultava seu povoamento. Abrangia extensa área entre o rio Tocantins e os chapadões limítrofes do estado da Bahia. Era uma região áspera e bastante árida, com formações dispersas de povoações (Arraiais). A exemplo, Arraiais, São Félix, Cavalcante, Natividade (São Luís) e Porto Nacional (Porto Real). Além disso, a relação entre colonos e indígenas não era das mais hospitaleiras e amigáveis, que durante a época mineradora foi exclusivamente conflituosa e de mútuo extermínio.

Esses autores relatam que a riqueza explorada, em ouro, perdurou por um curto período no estado, em torno de 50 anos, até o alcance de seu total declínio, pois a exploração do ouro de aluvião (aquele que aflorava nas margens dos rios, córregos e lagos) era feita de forma precária com os poucos recursos tecnológicos da época. Entretanto, essa atividade foi propulsora no aumento da expansão territorial, habitada, como no estado do Tocantins (região do extremo norte de Goiás), que aumentou consideravelmente sua população entre 1700 e 1800.

Ressalta-se que “em todo descobrimento de ouro numa terra nova, os primeiros anos são de um dinamismo populacional extraordinário: atraídos pela miragem do ouro, ocorrem grandes multidões que percorrem, vasculham e povoam os desertos” (PALACIN; MORAES, 2008, p. 50). Assim, se deslocavam, principalmente pelas margens de rios e riachos auríferos, formando novos arraiais que progrediam ou eram abandonados, dependendo da quantidade de riqueza a ser explorada do lugar (PARENTE, 2007).

Por conseguinte, assim como ocorria em regiões de mineração, o povoamento se formava com gente de todo tipo e condições heterogêneas. Conforme Palacin e Moraes (2008), os escravos africanos e indígenas nativos constituíam a maioria da população, dominados por uma minoria branca que concentrava todo o poder e quase toda a riqueza.

Todo esse processo de exploração a Goiás contribuiu para seu crescimento tanto populacional como em importância, não sendo mais possível ser administrada de longe, pelo governador de São Paulo, como era até então. A princípio, recebeu *status* de Capitania independente, para depois se tornar província, até ser dividida em Julgado do Norte e Julgado do Sul (PALACÍN; MORAES, 2008). Contudo, o somatório do despreparo político das autoridades e os aspectos socioeconômicos da região resultaram em uma crise acentuada.

Com a baixa produtividade aurífera, a economia, inevitavelmente foi afetada e isso refletiu na dispersão dos aglomerados urbanos para outras áreas e para a zona rural, o que resultou no incentivo a outros mecanismos de sobrevivência. A exemplo, a agropecuária, praticada até os dias atuais. Outra saída encontrada para a crise, segundo Parente (2007), foram

as possibilidades de ligação comercial com o litoral, através das capitâneas do norte pela navegação fluvial dos Rios Tocantins e Araguaia, até os portos marítimos do Pará.

Paralelamente, a igreja católica tomou parte das expedições não só para implantar a fé católica. No primeiro momento, os fatos se predispõem como um processo de aculturação herdado dos padres Jesuítas, os quais, chegaram com missão de espalhar a fé católica por todo território e catequizar os nativos, mas para ser, sobretudo, uma espécie de guia das ações futuras do colonizador, Portugal, se colocando muito mais a serviço da monarquia lusitana do que em favor dos indígenas que acabaram sendo mortos ou escravizados. Esse processo não ocorre de modo diferente no estado do Tocantins.

Em seus registros, o militar Raimundo José da Cunha Matos, no itinerário feito do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas províncias de Minas Gerais a Goiás, ocorridas no ano de 1776 a 1839, não se prende ao detalhamento apenas do ‘*modus vivendi*’ da época, mas se ocupa em fazer o mapeamento geral do contexto e descreve o percurso com descrição corográfica sobre este roteiro, com o objetivo de apresentar aspectos geográficos, históricos, políticos, econômicos e sociais dos lugares por onde passou. Em suas anotações, relata a propagação materializada da fé católica em Goiás nas paróquias, capelas, casas de oração e igrejas ornadas de vários relicários e efígies, encontradas mesmo nos menores arraiais.

Sendo assim, no norte de Goiás, atual estado do Tocantins, Cunha Matos (2004) também destaca, além dos Jesuítas, a influência de outras ordens religiosas, por exemplo, a dos Carmelitas, durante os séculos XVII e XVIII. A igreja se faz presente nos mais promissores lugares e, até mesmo, nos mais ermos. Cunha Matos (2004, p. 188) anota em seu itinerário “dia 25 de junho, sexta-feira” que “no Arraial do Carmo registra-se a presença marcante da igreja”. Detalhada da seguinte forma:

O arraial do Carmo, está assentado em terreno quase plano na margem esquerda do rio da Água Suja (...) tem 107 casas entre grandes e pequenas que possam ser reputadas fogos, a igreja matriz de Nossa Senhora do Carmo, pequena mas bem ornada, e com excelente lâmpada e banqueta de prata, e a pobre ermida de Nossa Senhora do Rosário.

Todos esses fatos demonstram à influência dos povos europeus, indígenas, africanos e principalmente, da igreja católica, sobretudo, na toponímia. Para mais informações sobre a representatividade da religião na toponímia brasileira, por conseguinte, tocantinense, seguem-se alguns aspectos históricos das cidades escolhidas para essa pesquisa. Destacam-se o

surgimento de algumas ainda, durante o período de colonização e outras mais recentes, dispostos em ordem alfabética.

### **3.1.1 Aparecida do Rio Negro<sup>1</sup>**

No passado, quando ainda era um povoado batizado em homenagem ao General da Brigada Meira Matos, pertenceu ao município de Tocantínia. O povoado teve seu início em março de 1965, quando um grupo de agricultores e criadores de gado, ali fixaram moradia com suas famílias. Pela Lei Estadual do então Estado de Goiás, n.º 10.411, de 30 de dezembro de 1987, Meira Matos é transformado em Município, com o topônimo de Aparecida do Rio Negro. A justificativa do nome se dá em homenagem à Nossa Senhora Aparecida, que se tornou padroeira da cidade, e ao rio Negro que banha a cidade (IBGE, 2017).

A festa religiosa da cidade é celebrada anualmente em 12 de outubro, dia da Padroeira. Em alusão a data que também é celebrado dia de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, santa escolhida como padroeira do Brasil.

De acordo Megale (1980), a invocação de Aparecida, Padroeira do Brasil, é datada do século XVIII, em 1717, quando pescadores lançaram suas redes no rio Paraíba do Sul, sem muito êxito na pescaria, encontraram uma imagem da santa sem a cabeça e logo, mais à frente, lançaram as redes e, para surpresa, encontraram a cabeça da imagem. Cansados e sem esperança de pescar muito naquele dia, foram surpreendidos mais uma vez com redes abundantes de peixes, o que foi considerado um milagre. A partir desse episódio, a imagem foi sendo cultuada por milhares de fiéis. Em 1930, foi reconhecida como Padroeira do Brasil pelo Papa Pio XI. Desde então, muitos milagres foram atribuídos à Santa, sua popularidade aumentou e se espalhou por todo o país, devoção esta, também refletida na toponímia.

### **3.1.2 Conceição do Tocantins<sup>2</sup>**

De acordo com o IBGE (2017), por volta de 1741, partindo da cidade de Vila Boa (Cidade de Goiás), capital da Província de Goiás, uma bandeira chefiada pelo português Manoel Paes Andrade que chegou até o Rio Palma, motivação para o nome com que surgiu o Arraial de São João da Palma, hoje Paranã. De lá, seguiu rumo à Conceição, chegando ao local

---

<sup>1</sup> Ver imagem e mapa em Anexos.

<sup>2</sup> Ver imagem e mapa em Anexos.

denominado Mata da Cajazeira. Posteriormente, Manoel Paes Andrade mudou-se para outro local e construiu uma igreja, a sua residência, além de acomodações para seus escravos, iniciando a povoação do lugar, que, em 1755, adquiriu categoria de Freguesia por ordem do bispo D. Álvaro Botelho, o Conde de São Miguel.

Em 1854, a Freguesia foi nomeada e elevada à Vila de Conceição do Norte. Em 1884, Conceição do Norte perdeu parte de seu território, para que fosse criada a Vila de São José do Duro. Porém, em 7 de agosto de 1963, pela Lei Estadual n.º 4.486, recuperou sua autonomia tornando-se o Município de Conceição do Norte, desmembrando-se de Dianópolis, instalado em 1.º de janeiro de 1964. Quando o estado de Goiás foi dividido pela Constituição de 1988, o termo “norte” foi substituído por “Tocantins”, conforme Decreto Legislativo n.º 001, de 01 de janeiro de 1989 (DIAS, 2016)

O hagiônimo Conceição, segundo Aguiar (2018, p.122) “vem do latim conception, que significa concepção em português”. De origem cristã, Nossa senhora da Imaculada Conceição, mais comumente Maria da Conceição (GUÉRIOS,1981). A Imaculada Conceição remete à Virgem sem pecado, ainda jovem. No Brasil, a primeira imagem chegou em uma das naus de Pedro Álvares Cabral. Os Frades Menores Franciscanos foram os propagadores dessa devoção.

Seu culto teve início na Bahia, em 1549, quando Tomé de Souza chegou a Salvador, trazendo uma escultura da santa. Foi a protetora de nosso país no período colonial e proclamada Padroeira do Império brasileiro por Dom Pedro I. No início do século XX, com o advento da República, o título foi cedido a Nossa Senhora Aparecida, que é uma antiga imagem da Imaculada Conceição encontrada nas águas do Rio Paraíba do Sul (MEGALE, 1980). Com essa popularização ao seu culto, também não é diferente o reflexo em nomeações de lugares por todo o país.

### 3.1.3 Fátima<sup>3</sup>

Segundo o IBGE (2017), a cidade de Fátima está localizada no centro geográfico cortado no sentido norte-sul pela BR-153. Formou-se um acampamento no entroncamento de Porto Nacional, devido à construção da rodovia, no ano de 1956 a 1958, motivando o surgimento do povoado.

A origem do nome é árabe, a que deixou de mamar; deriva do verbo “*fátama*”, deixar de mamar; “*Fátima*” a esplêndida; a fecunda, é o nome da filha de Maomé, casada com Ali,

---

<sup>3</sup> Ver imagem e mapa em Anexos.

sucessor deste. Popularizou-se devido às aparições de Nossa Senhora do Rosário (1917) na localidade de Fátima. Em Portugal, conhecida como Nossa Senhora de Fátima. Nome comum Maria de Fátima (GUÉRIOS, 1981, p.118). O nome da cidade foi escolhido em sinal de devoção à Nossa Senhora de Fátima, posteriormente, proclamada como sua padroeira. A Lei Estadual n.º 9.188, de 14 de maio de 1982, deu autonomia política ao Povoado, desmembrado de Brejinho de Nazaré. A festa religiosa da cidade, é celebrada em razão do calendário litúrgico, em 13 de maio louvor à Nossa Senhora de Fátima, Padroeira da cidade.

Registrada dentre uma das principais aparições, reconhecidas pela igreja católica. Como aponta Megale (1980), a santa apareceu em Portugal aos três pastorinhos: Lúcia, Jacinta e Francisco, em vestes resplandcentes e celestiais, recomendando que as pessoas não deixassem de rezar o terço. Além disso, o milagre foi presenciado por centenas de pessoas, dia 13 de outubro, mesmo com chuva fina, o céu limpou subitamente e o sol se abriu diante da multidão, atônita, e girou com grande velocidade lançando raios de várias cores em todas as direções. Com isso, muitos milagres são atribuídos a este ícone lusitano, também venerada e aclamada em solo brasileiro, impulsionada pela tradição trazida, literalmente, na bagagem dos portugueses, refletida em locativos diversos.

### **3.1.4 Natividade<sup>4</sup>**

Pelos registros encontrados no site do IBGE (2017), considerada a “mãe do Tocantins”, por ser o primeiro povoado do estado. Sua origem se confunde com a chegada dos desbravadores, que aportaram no local à procura de riquezas, no século XVIII, no ano de 1734, com a vinda de imigrantes portugueses para a região à procura de ouro, inicialmente, sob denominação de Arraial.

Dentre seus precursores, juntamente com a mineração, Manoel Ferraz de Araújo foi quem deu origem ao Arraial. Em 1735, chegou uma imagem de Nossa Senhora da Natividade, que veio de barco pelo Rio Tocantins e, depois, foi levada pelos escravos até o local onde se encontra a cidade de Natividade, na atualidade. Essa imagem é a mesma que se encontra atualmente na igreja Matriz de Natividade, uma das mais antigas do Estado, datada de 1759.

Segundo a tradição oral, entre portugueses e escravos africanos, havia quarenta mil trabalhadores nas minas; conta-se também que caravanas de mais de cem burros carregados

---

<sup>4</sup> Ver imagem e mapa em Anexos.

com ouro seguiam de Natividade para Salvador, na Bahia, e dali para Portugal. Com o declínio da mineração, desceram a serra para desenvolver a agricultura e o comércio.

De acordo com o IBGE (2017), entre as igrejas deste município, destacam-se a de São Benedito e a Matriz de Nossa Senhora da Natividade, de 1759. Os negros também depositaram nesse lugar histórico sua representatividade. Os escravos começaram a construção da igreja de Nossa Senhora do Rosário, em pedra canga, mas foi paralisada por volta de 1817, por falta de recursos e ficou inacabada, pois não aceitavam ofertas, em dinheiro, dos brancos para concluí-la. Suas ruínas são hoje um dos principais cartões postais do Estado. As ruínas da igreja de Nossa Senhora do Rosário se tornou uma das referências históricas do povo negro no coração do Brasil.

Ainda de acordo com IBGE (2017), entre os anos de 1809 e 1815, o local teve como topônimo Arraial de São Luiz, em homenagem ao então governador geral Dom Luís de Mascarenhas. Foi sede provisória da Comarca de São João das Duas Barras, época em que o território de Goiás foi dividido em duas comarcas, conforme Alvará. Nesse documento, datado de 18 de março de 1809, no Rio de Janeiro, o príncipe regente D. João VI criou a Comarca de São João das Duas Barras. Em 1815, a sede foi transferida para São João da Palma, hoje, Paranã. Em 1821, Natividade volta a ser sede administrativa do norte goiano, na condição provisória.

Dessa maneira, a formação administrativa, segundo dados do IBGE (2017), no ano de 1832, o Arraial passou à condição de Vila de Natividade. Em 22 de julho de 1901, a Comarca de Natividade foi criada e instalada em 23 de dezembro de 1905, desligando-se da Comarca de Porto Nacional. Contudo, em 1930, a Comarca de Natividade ficou, novamente, sob a jurisdição da Comarca de Porto Nacional. Em 26 de agosto de 1933, tornou-se Município de Natividade.

Conforme Megale (1980), a igreja comemora o nascimento da virgem Maria, ao contrário dos outros santos, se festeja o dia da morte. Natividade remete ao nascimento de Nossa Senhora, que, de acordo com a autora, apesar de não se ter conhecimento da data, a igreja instituiu o dia 8 de setembro para se celebrar a festa da Natividade de Nossa Senhora. Sua natividade é comemorada porque, segundo a igreja católica, Maria já teria nascido santa e imaculada, ao contrário dos outros santos que se celebra o dia da morte.

Recebeu o nome de Miriam, traduzido para o latim, Maria, em hebraico significa Senhora e Luz. Foi bastante venerada no ocidente e oriente, representada em pinturas e esculturas. No Brasil, a autora ressalta que a natividade da Santa foi pouco cultuada, poucas igrejas foram dedicadas à Natividade de Maria e são raras as pinturas que retratam esse fato.

Ainda assim, está representada em topônimos pelo país, bem como em topônimos no estado do Tocantins.

### 3.1.5 Nazaré<sup>5</sup>

Conforme aponta o IBGE (2017), esta cidade teve seu início, impulsionado pelo comércio, devido ao grande movimento de embarcações que subiam e desciam o rio Tocantins, à margem do qual se situava a cidade de Boa Vista, popularmente conhecida como “Boa Vista do Padre João”, devido à grande influência histórica deste vigário, a antiga Boa Vista do Tocantins, com início registrado em 1818. Em 1943 passou a ser chamada de Tocantinópolis.

Tendo como pioneiro Luís Matias do Nascimento, ao iniciar um pequeno comércio ambulante, naquelas imediações. Em uma de suas viagens, em agosto de 1938, conheceu Timóteo Ribeiro da Cruz, ali organizaram uma feira, movimentando a vizinhança que, admirados com a inovação do comércio, correram ao local, aglomerando muitas pessoas, resultando em um povoado, localizado às margens do Ribeirão Gameleira, pois o local oferecia condições favoráveis de sobrevivência, terra fértil e bons pastos.

Com a colaboração dos moradores das vizinhanças e das autoridades de Boa Vista, conseguiu que fosse construída uma estrada ligando o lugarejo à sede do município e a sua primeira escola primária.

Em razão de sua localização, às margens do ribeirão Gameleira, o povoado recebeu essa mesma denominação. Com o crescimento, a Câmara Municipal de Tocantinópolis, através da lei nº 86 de 1.º de outubro de 1953, concedeu-lhe autonomia distrital, alterando para Nazaré. Cinco anos depois, pela Lei Estadual n.º 2.133 de 14 de novembro de 1958, foi criado o Município de Nazaré, diário oficial de 28/12/1958, p. 2, constituindo área do município do mesmo nome e sendo instalado oficialmente no dia 1.º de janeiro de 1959 (IBGE, 2017).

De acordo com Megale (1980), a história de Nossa Senhora de Nazaré remonta ao início da fé cristã, reza que a imagem foi esculpida por São José e pintada, posteriormente, por São Lucas. Mais tarde, a imagem foi levada para a Espanha até o ano de 711, depois a Portugal. Após um milagre, foi encontrada por um cavaleiro que a levou para uma vila que ganhou o nome de Nazaré, onde ainda é venerada.

---

<sup>5</sup> Ver imagem e mapa em Anexos.

### 3.1.6 Santa Maria do Tocantins<sup>6</sup>

Santa Maria do Tocantins localiza-se na mesorregião Oriental do Tocantins e na microrregião de Porto Nacional. De acordo com dados do IBGE Cidades (2017), moradores mais antigos dizem que os primeiros habitantes da localidade foram os casais Alcebíades José Sousa e Antônia Borges Queiróz, Benedito Botelho e Alexandrina de Souza Botelho, e Tarcília Pinheiro Botelho. E com relação à origem do nome da Fazenda Santa Maria, presume-se que é devido a questões de cunho religioso, devido à entrada lexical, “Santa” e ao próprio nome “Maria” que remete ao nome da Mãe de Jesus.

Segundo IBGE (2017), a primeira escola da região foi instalada em 1960, construída na Fazenda Santa Maria, hoje próximo à cidade de Santa Maria do Tocantins, com a denominação de Escola Municipal de Santa Maria. Após uma década e devido à dificuldade de lidar com o grande número de alunos, suas carências econômicas e distância de moradia, os alunos eram alojados na própria Fazenda. Justino Borges de Souza, sensibilizado, doou lotes aos pais dos alunos e para a instalação da escola em nova localidade. Com a Construção das antigas GOs - 134/138, atualmente, TOs - 134/138, formou-se o entroncamento que é via de acesso às cidades de Pedro Afonso, de Itacajá, de Centenário e de Recursolândia.

Com intenções comerciais, o primeiro casal que se mudou para a localidade foi Zeferino Pereira da Silva (conhecido como Nena) e sua esposa Maria Rosa Pereira, dando início ao povoamento. Em 1982, Tarcília Pinheiro Botelho se elegeu vereadora no município de Pedro Afonso, com apoio dos moradores da região da Fazenda Santa Maria. Adquirindo condições políticas para reivindicar a criação do município. Em 1983, com ajuda do prefeito de Pedro Afonso, Mário Sales, Tarcília elabora o projeto de Lei n.º 006/83 de 03/11/1983, que criou o Distrito de Santa Maria (IBGE, 2017).

O designativo escolhido foi em homenagem à proprietária da Fazenda Santa Maria. Através do Art. 18 do ato das disposições Constitucionais Transitórias, foi criado o Município com o nome de Santa Maria do Tocantins, a ser desmembrado do Município de Pedro Afonso, passando, assim, a ter autonomia política e administrativa, através da Lei 251 de 20/02/1991. O Município foi instalado no dia 01/01/1993, com a posse da primeira Prefeita eleita, Maria Botelho Marquez, vice-prefeito e vereadores, seguido da instalação da Câmara Municipal. A

---

<sup>6</sup> Ver imagem e mapa em Anexos.

cidade festeja de 04 a 13 de junho, a Festa Junina Religiosa em louvor ao seu Padroeiro Santo Antônio (IBGE, 2017).

### 3.2 CONTEXTO HISTÓRICO MARIANO

Maria é vista pelos cristãos católicos como Mãe Imaculada, livre do pecado original, símbolo da igreja católica. Com vistas a isso, Megale (1980) apresenta um breve resumo histórico das devoções marianas, que abrange desde os tempos iniciais até as mais recentes. Com esse mesmo propósito, apresenta-se esse breve contexto.

De acordo com Megale (1980, p. 12), as primeiras imagens de Maria são as Virgens orantes das Catacumbas, estas são representadas rezando de pé e com braços abertos, ou “em cenas cotidianas relatadas em textos bíblicos ou Evangelhos Apócrifos”. A exemplo, imagens de Senhora das Neves, do Povo e Perpétuo Socorro expressam o estilo bizantino, pintadas em madeira ou em forma de mosaico, apresentam o menino Jesus no colo abençoando os devotos. Estas imagens ganharam propulsão após o Concílio de Éfeso, em 431, para combater a heresia nestoriana <sup>7</sup>de negação da maternidade divina.

Megale (1980) afirma que, depois do século X, época dominada pela arte românica, a maioria das efigies são esculturas que retratam a Rainha Majestosa, sentada com o filho no colo, ambos, coroados segurando um cetro ou globo terrestre. A exemplo: Senhora de Montserrat, Nazaré, da Guia.

Já no final da idade média, o Humanismo, refletido no espírito gótico, retrata a mãe carinhosa com sua fisionomia inspirada na dor, angústia e pranto por seu filho crucificado para salvar a humanidade. “São Bernardo (1055- 1133) é apontado, com suas lamentações, o propagador da Paixão da Virgem”; da Natividade de Maria, foi “Santa Brígida”, a quem

---

<sup>7</sup> **466.** A heresia nestoriana via em Cristo uma pessoa humana unida à pessoa divina do Filho de Deus. Perante esta heresia, São Cirilo de Alexandria e o terceiro Concílio ecumênico, reunido em Éfeso em 431, confessaram que «o Verbo, unido na sua pessoa uma carne animada por uma alma racional, Se fez homem». A humanidade de Cristo não tem outro sujeito senão a pessoa divina do Filho de Deus, que a assumiu e a fez sua desde que foi concebida. Por isso, o Concílio de Éfeso proclamou, em 431, que Maria se tornou, com toda a verdade. Mãe de Deus, por ter concebido humanamente o Filho de Deus em seu seio: «Mãe de Deus, não porque o Verbo de Deus dela tenha recebido a natureza divina, mas porque dela recebeu o corpo sagrado, dotado duma alma racional, unido ao qual, na sua pessoa, se diz que o Verbo nasceu segundo a carne»

apareceu no final do século XIV. A exemplo, Nossa Senhora do Rosário, do Carmo, Mercês, Soledade, assim como, das Angústias e Piedade, estas últimas retratam Maria com Jesus morto em seus braços (MEGALE, 1980, p. 13).

De acordo com Megale (1980), no Renascimento, o ápice das produções artísticas e propagações da Virgem, imortalizadas nas obras de Miguelângelo, Da Vinci, Rafael, Ticiano e outros. Paralelo a esse período de apogeu e de conquistas Luteranas pela Europa, Portugal estava se apossando das terras recém-descobertas. Com isso, várias imagens inspiradas ou copiadas destes mestres foram trazidas. Registra-se as da Esperança, Ó, do Monte, da Luz, da Graça, da Escada. No período de 1580 a 1640, os portugueses tiveram como rei o Rei da Espanha, tal condição política refletiu em títulos hispânicos. A exemplo, do Pilar, da Cabeça, de Montserrat, Penha de França, além de invocações latino-americanas como: Copacabana, da Barra e Guadalupe.

Da mesma maneira, vinculadas ao reinado espanhol e ocorrendo a restauração portuguesa em 1640, as Virgens do Livramento, da Conceição, essa última, proclamada por D. João IV, padroeira de Portugal e de colônias ultramarinas, foram bastante divulgadas por influências políticas. Visto que, no século XVII, devoções até então restritas ao litoral foram adentrado os sertões, à medida que os desbravadores seguiam para o interior. São citadas, as do Porto, Oliveira e Nazaré. Além, de Rosário e Lampadosa, protetoras dos escravos africanos; Mercês e Terço, protetoras dos pardos (MEGALE, 1980).

A mesma autora destaca que, o estilo barroco, patrocinado pela igreja e aristocracia da época, contribuiu para propagar as devoções de Nossa Senhora dos Homens, das Brotas, dos Remédios e do Bom Sucesso. Segue afirmando que, no século XVIII, aparecem títulos como das Dores, dedicadas ao sofrimento de Maria e, as com temas pastoris como, Divina Pastora, aprovadas pelo papa Bento XIII.

Já no século XIX, evidencia que o país recebeu devoções representadas pelas aparições, como: a Virgem Salette, Lourdes e Pontmain. Ainda, aquelas trazidas pelos imigrantes italianos Caravaggio, Pompeia, Bom Conselho, Achirópita. Tem também, aquelas trazidas por congregações europeias vindas com missão de educar a juventude ou, porque foram expulsas de seu país de origem por perseguições religiosas, para exemplificar: Nossa Senhora de Sion, da Divina Providência, do Sagrado Coração. As aparições mais recentes são de Fátima, no início do século, a Rainha do Apóstolos - divulgada pela congregação Paulina, dedicada à imprensa católica, Nossa Senhora do Brasil - 1940, trazida da Itália e Mãe da Igreja instituída pelo Concílio do Vaticano II em 1964 (MEGALE, 1980).

Em consideração a aspectos geográficos, evidenciam-se influências específicas regionais, ou seja, algumas se concentram mais no sul, do que no norte e nordeste, principalmente as mais antigas e de origem portuguesa. Posteriormente, a variedade é devida a chegada de diversas ordens religiosas. Em vista disso, padroeiras ligadas a pesca e marinha situam-se em maior constância no Litoral, a exemplo: Nossa Senhora da Guia, dos Mares, dos Navegantes, Boa Viagem. No interior, encontra-se Nossa Senhora das Brotas, protetora dos agricultores e criadores de gado.

Conforme Megale (1980), na Bahia, o sincretismo dos Orixás afro-brasileiros se mistura com a religião católica, a exemplo Conceição e Candeias. Destaca ainda, que em Goiás e Triângulo Mineiro, há predominância de Nossa Senhora da Abadia. Sendo que em zonas mineradoras há presença marcante de Nossas Senhoras, como: Assunção, Carmo, Bom Sucesso, Piedade e Rosário.

Em relação às diversas ordens religiosas influentes por todo o território brasileiro, evidenciam-se suas diferentes contribuições para as propagações devocionais marianas; os jesuítas da Companhia de Jesus foram os propagadores de Nossa Senhora da Ajuda, da Fé, da Luz, da Natividade, da Candelária. A ordem de São Francisco, de Nossa Senhora da Conceição, dos Anjos e das Neves. Enquanto a ordem dos Beneditinos propagaram as de Montserrat, Soledade e Angustias; a ordem de Santo Agostinho, as de Nossa Senhora da Consolação, Correia, Bom Despacho, Boa Hora; a ordem de São Domingos, do Rosário, do Terço; e a congregação Salesiana fundada por São João Bosco, de Nossa Senhora Auxiliadora. (MEGALE, 1980).

Dessa forma, constata-se também, a representação mariana sob variados aspectos iconográficos que englobam a etapa pueril, a juventude e adulta. Em observância a isso, Megale (1980, p. 15) reporta essa classificação de acordo com as fases da vida da Santa, sendo representada pela:

- a) “Infância” – imagem justificada pela Natividade, apresentação e representação infantil, sozinha, acompanhada de Sant’Ana ou de seus pais, Ana e Joaquim.
- b) “Imaculada Conceição” – caracterizada na sua juventude, com as mãos unidas junto ao peito, com cabelos soltos ou de véu, variando conforme a época e o lugar, a exemplo, Conceição, Lapa, Aparecida, Lourdes, Fátima, Líbano.
- c) “Encarnação” – fazem referência ao Verbo encarnado, desde a saudação pelo Anjo Gabriel até o nascimento do Menino Jesus. Cita-se Anunciação, Encarnação, Boa Hora, Bom Despacho, Amor Divino, Expectação entre outras.

- d) “Virgem Mãe” – configura a maioria das invocações da Santa, nas quais aparece com o menino Jesus nos braços. Nas mais antigas apresenta-se sentada e mais recentes, de pé. Sendo a distinção é feita por símbolos trazidos nas mãos. A exemplo: Madre de Deus, Desterro, Rosário, Carmo entre outras.
- e) “Paixão” - são imagens ligadas aos sofrimentos de Nossa Senhora durante a Paixão e Morte de seu Divino Filho: Soledade, Saudade, Lágrimas, Dores, Angustias, Piedade.
- f) “Glória” - sobre a glorificação de Maria após a morte e coroação no céu. A exemplo: Boa Morte, Assunção, Glória, Anjos, Senhora das Graças, Medianeira entre Deus e a humanidade.

Considerando que Maria é vista por seus devotos como Mãe e símbolo da igreja católica, o intuito é entender o percurso histórico originário do hagiônimo de Maria, uma vez que, de acordo com Megale (1980, p.12), “as invocações de Nossa Senhora podem ser de origem Litúrgica, Histórica e Popular”. As primeiras se relacionam à liturgia católica: Conceição, é um exemplo. As históricas, são títulos criados durante os vinte séculos de Cristianismo, geralmente recebem nomes dos lugares onde seu culto foi iniciado por força de um denominador ou por aparição: a exemplo, Nazaré. De origem popular, remetem a denominações espontâneas e devocionais, conforme ritos ou necessidades: Bom Parto, Boa Viagem.

As invocações de Maria tiveram propulsão marcadamente histórica, durante a ocupação do Brasil, herdadas notadamente por seu colonizador, Portugal. De acordo com Dick (1990, p. 321) “o campo místico-religioso que, por influência dos padres católicos da Companhia de Jesus e do próprio espírito cristão do português aqui radicado, se espalhou em todas as porções do território e, boa parte da população indígena foi sendo convertida aos novos costumes”.

Segundo Palacin (1981, p.285), “os jesuítas ao fundarem suas igrejas novas, buscaram avidamente “enriquecê-las” com toda classe de relíquias, e sua ação foi decisiva para a extensão desse culto”. A devoção e o culto das relíquias, considerado como uma modalidade medieval, continuou sendo difundido entre os fiéis devotos.

Sendo que as grandes datas comemorativas estavam marcadas pelos sacramentos devocionais da igreja, bem como as festas populares, marcadas pela devoção a santos e santas universais como: Nossa Senhora, São Pedro e São João, geralmente padroeiros locais. “Dentro desse enquadramento religioso da vida, a religiosidade popular multiplicou as manifestações exteriores, conferindo-lhes uma exuberância verdadeiramente tropical: veneração dos santos e suas imagens, cultos, procissões e penitências públicas” (PALACIN, 1981, p. 285).

Em uma rápida análise da toponímia do período de colonização brasileira, é possível identificar a intencionalidade do colonizador ao escolher nomes do hagiológico cristão, visto que a toponímia também foi utilizada com objetivação catequética. Dito isso, ressalta que a escolha de nomes “dificilmente comporta a marca da impessoalidade” (DICK, 1990, p. 370).

Também menciona que, “apesar da grandeza da devoção popular à Nossa Senhora, são poucos os topônimos consagrados, explicitamente, ao seu culto” (DICK, 1990, p. 321). Geralmente, aparecem com lexia simples que tenha um determinante indicativo que possa sugerir inclusão no quadro devocional de Nossa Senhora, como é o caso de Fátima.

No que concerne à observação da autora, não há muitos registros com o termo Nossa Senhora, no Brasil, porém, o designativo pode aparecer com outras variações, a exemplo, cita: Virgem; Virgem Maria; Santa Maria; Imaculada; Madre de Deus; Senhora; Conceição; Assunção (Nossa Senhora de Assunção); Natividade (Nossa Senhora da Natividade); Nazaré (Nossa Senhora de Nazaré).

De acordo com Megale (1980), várias efigies marianas foram trazidas por marinheiros ou colonizadores lusitanos, que espalharam o culto das invocações em moda ou das padroeiras de suas províncias ou cidades natais. Sendo que as primeiras imagens da Virgem Maria a aportar no Brasil foram a de Nossa Senhora da Esperança e Nossa Senhora da Glória, que vieram com Pedro Álvares Cabral. Dessa forma, conforme a época e as regiões geográficas, sobressaíam nas comunidades, as invocações de Nossa Senhora e de santos trazidos por seus denominadores que foram adentrando o território brasileiro. Nesse viés, Megale (1980) aponta que

No século XVII, várias devoções que até então estavam restritas ao litoral começaram a penetrar no interior através das ‘Entradas’, da migração pastoril ao longo do rio São Francisco e posteriormente das ‘Bandeiras’. Entre elas encontram-se N. Senhora do Carmo, do Porto, da Oliveira, de Nazaré etc (MEGALE, 1980, p.14).

Essas devoções trazidas por diversas ordens religiosas e pelos colonizadores se espalharam e permaneceram refletidas na Toponímia brasileira, algumas delas também podem ser encontradas na Toponímia tocantinense.

Depois, foram surgindo várias outras devoções, trazidas pelos missionários e ordens religiosas diversas, que se tornavam patronos da sua comunidade, como: Companhia de Jesus; Franciscanos; Beneditinos; Carmelitas, Dominicanos, dentre outros. Reportando a influências regionais que podem ser perceptíveis no norte, nordeste ou sul (MEGALE, 1980). Para exemplificação, destaca-se devoções nortenses, como: Natividade; Carmo; Conceição e

Nazaré. A autora cita outros nomes de santas, mas, apenas esses foram enumerados, por se tratar de hierotopônimos tocantinenses, objetos de análise da presente pesquisa.

Considerando o campo místico e religioso como parte da representação simbólica humana, é importante ressaltar que, no século XIX, também se propagaram invocações devocionais marianas resultantes de aparições, como a de Nossa Senhora de Fátima, lexia presente na toponímia tocantinense. Para Dick (1990) a razão de ser da toponímia de origem religiosa decorre da expressividade da mentalidade do denominador da época. Diante disso, Dias (2016) salienta que

Pode-se afirmar que o topônimo é fruto da ação do homem sobre a natureza física, espacial e temporal e da natureza sobre o homem. Ele reflete as suas crenças, seus sentimentos e ideologia no ato da nomeação. O topônimo também preserva aspectos importantes dos valores culturais, políticos e sociais do momento denominativo na sua estrutura interna e na externa (elementos linguísticos), além de manter traços de períodos anteriores da língua ou de línguas. E, ainda, o nome do lugar – o topônimo – é um elemento de legitimação de identidade cultural por ser uma representação simbólica específica do espaço. Ao nomear um lugar, o homem cumpre com a finalidade de identificar, particularizar e referenciar os espaços geográficos apossados e os imaginados (DIAS, 2016, p. 53).

Nesse viés, os nomes de lugares constituem-se como formalizadores identitários, como manifestações isoladas ou pela comunidade. Dito de outra forma, se expressam por influências externas ou objetivas, condicionantes que se sobressaem aos desígnios da subjetividade do próprio indivíduo.

Evidencia-se a partir de levantamento de informações pertinentes à ocorrência hierotoponímica no estado do Tocantins. Dos 139 municípios integrantes do estado, a maioria tem predominância toponímica de origem indígena ou geral (com outras categorizações), 25 configuram motivações religiosas, ou seja, aproximadamente um quinto (1/5) dos municípios são referenciados na religião cristã-católica. Assim sendo, Dick (1990, p. 332) demonstra que, “no conjunto hagioponímico brasileiro que o título personalíssimo de santidade aparece com maior significação, seja na forma plena santo, santa, ou na forma contracta ‘são’.” A exemplo, São Bento do Tocantins.

Em observação à distribuição geográfica dos municípios com nomes de origem religiosa, a partir de levantamento realizado no site do IBGE(2017), constata-se que estão espalhadas por todo o território tocantinense, sem uma área específica de predominância. Subdivididas como hagiopônimos apresentados nas letras a e b; sendo hierotopônimos aqueles apresentados nas letras: c, d, e.

- a) Seis (06) possuem denominações onomásticas de santos (São Félix; São Valério; São Miguel do Tocantins; São Bento do Tocantins; São Sebastião do Tocantins).
- b) Quatro (04) denominações de santas (Santa Rosa do Tocantins; Santa Tereza do Tocantins; Santa Terezinha do Tocantins; Santa Rita do Tocantins).
- c) Cinco (05) denominações com entradas lexicais diversas (Oliveira de Fátima; Chapada de Natividade; Brejinho de Nazaré; Monte do Carmo; Rio da Conceição).
- d) Seis (06) denominações com entrada lexical mariana (Aparecida do Rio Negro; Conceição do Tocantins; Fátima; Natividade; Nazaré; Santa Maria do Tocantins).
- e) Quatro (04) com referência religiosa (Divinópolis; Bom Jesus do Tocantins; Monte Santo do Tocantins; Santa fé do Araguaia).

Vislumbra-se que as motivações onomásticas no estado são de ordens diversas. Como aponta Dick (1990), essas escolhas são amplas e podem estar relacionadas diretamente ao denominador ou sobre especificidades do local, ou seja, pode ser de ordem cultural, religiosa, política, geográfica, entre outras. Todavia, para Dick (1992)

O topônimo não é algo estranho ou alheio ao contexto histórico-político da comunidade. Sua carga significativa guarda estreita ligação com o solo, o clima, a vegetação abundante ou pobre e as próprias feições culturais de uma região em suas diversas manifestações de vida. (DICK, 1992, p. 47).

Desse modo, os topônimos funcionam como uma projeção da realidade, na medida em que as características físicas ou antropoculturais vão sendo alocadas nos designativos de lugares a partir de determinado contexto sociocultural, mesmo que essas marcas permanecem firmadas ou não.

## CAPÍTULO 4 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, são apresentados os aspectos da abordagem metodológica do trabalho como o caráter da investigação, da fundamentação teórico-metodológica e categoria de pesquisa, bem como da escolha dos instrumentos para coleta e análise de dados.

### 4.1 MÉTODO DE ABORDAGEM

Este estudo é de caráter qualitativo, fundamentado em levantamento bibliográfico e documental, uma vez que, para a seleção de dados toponímicos, foram utilizados livros, material disponível na internet, artigos, mapas, entre outros registros. Nesse contexto, as escolhas adequadas do material pesquisado serviram como ferramentas imprescindíveis para coleta de dados e análises dos topônimos, bem como para a sistematização das informações levantadas e melhor compreensão nesta abordagem, considerado por Kauark, Manhães e Souza (2010) como

Uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave (KAUARK; MANHÃES; SOUZA, 2010, p. 11).

Diante desse aspecto, a pesquisa se encarrega em “identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Aprofunda o conhecimento da realidade porque explica a razão, o ‘porquê’ das coisas” (KAUARK; MANHÃES; SOUZA, 2010, p. 13). Nesse sentido, esta pesquisa também é de cunho explicativo.

Os caminhos para a análise foram trilhados na busca da interpretação dos significados dos topônimos a partir da etimologia, da história e da geografia, com a recuperação histórica das motivações toponímicas que levaram os denominadores ao ato de nomear os municípios, objetos da pesquisa.

Para tanto, se iniciou por um levantamento histórico e geográfico das cidades com entrada lexical mariana, classificados por Dick (1990) como hierotopônimos, subcategorizados em mitotopônimos e hagiopônimos. Dessa forma, foram selecionados os topônimos conforme os parâmetros da autora supracitada.

Foram utilizadas obras que apresentam o registro detalhado do contexto sócio-histórico, político e geográfico do país e do estado do Tocantins. Destaca-se a obra do militar, historiador luso-brasileiro e Governador das Armas da Província de Goiás, Raimundo José da Cunha Matos, *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás* (2004 [1836]), registro de informações sobre formação dos antigos arraiais e da situação em que se encontravam nas primeiras décadas do século XIX. Além disso, essa obra apresenta aspectos indispensáveis para o conhecimento da história em conjunto com a geografia dos estados por onde passou o autor.

Contudo, o principal referencial para a construção da contextualização sócio-histórica do estado do Tocantins, tem como base a ampla obra do historiador Luiz Palacin e seus colaboradores. Apresentam o contexto geral de constituição da sociedade goiana, a administração política, a estrutura econômica, desde o início do período da mineração, passando pela criação dos arraiais até o século XX, tais como *História de Goiás: 1722-1972* (2008), *Sociedade Colonial: 1549 a 1599* (1981). Além de contribuições da obra de Temis Parente: *Fundamentos históricos do estado do Tocantins*, (2007).

Quanto à etimologia dos topônimos, foi consultado o *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* de Antônio Houaiss (2001) e o *Novo dicionário da língua portuguesa* de Aurélio Buarque de Holanda (2004), *Dicionário etimológico da língua portuguesa* de Antônio Geraldo da Cunha (2007), *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes* de Rosário Farâni Mansur Guérios (1981). Além da obra clássica o *Tupi na Geografia Nacional*, de Teodoro Sampaio (1901).

Também foram trabalhados aspectos da Lexicologia postulados por Biderman (2001), Isquierdo e outros autores da coleção *Ciências do Léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia* (2004), com o intuito de apontar contribuições de processos estruturais e historiográficos concernentes a formação lexical, bem como o desenvolvimento e as transformações ocorridas no tempo.

Os dados coletados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e da Biblioteca Virtual do IBGE Cidades (2017), que contém os históricos das cidades, mapas do estado e dos municípios e outras informações pertinentes, também ofereceram suporte para inferências motivacionais na constituição toponímica em questão.

Para análise dos dados e classificação dos topônimos, utilizou-se o modelo de ficha lexicográfico-toponímica desenvolvida pela toponimista brasileira, Maria Vicentina do Amaral

Dick, em suas obras sobre os estudos toponímicos no Brasil, *A motivação toponímica e a realidade brasileira* (1990) e *Toponímia e Antroponímia: coletânea de estudos* (1992).

Quadro 1 - Modelo de ficha lexicográfico-toponímica

Localização – Município:
Topônimo: _____ A.G.: _____ Taxionomia:
Etimologia _____
Entrada Lexical: _____ _____
Estrutura morfológica: _____
Histórico: _____
Informações enciclopédicas: _____
Contexto: _____
Fonte: _____
Pesquisador: _____ Revisor:
Data de Coleta: _____

**Fonte:** Dick, 2004, p. 130

Nessa etapa, a referida análise foi feita a partir da nomeação de seis cidades tocantinenses que referenciam diretamente designativos devocionais marianos, pois, fazem menção à Maria, a mãe de Jesus: Aparecida do Rio Negro, Conceição do Tocantins, Fátima, Natividade, Nazaré, Santa Maria do Tocantins.

Por conseguinte, os dados coletados estão dispostos em fichas lexicográfico-toponímica de modo a servir como fundamentação para a análise, com as necessárias adaptações em atendimento ao propósito desta pesquisa, contemplando os seguintes itens: topônimo, cidade,

localização, estrutura morfológica, etimologia, outros topônimos, contexto histórico, motivação toponímica, categoria taxonômica.

Quadro 2 - Modelo Ficha lexicográfico-toponímica adaptada de Dick (2004)

<b>Topônimo:</b>	<b>Cidade:</b>
<b>Localização:</b>	
<b>Estrutura morfológica:</b>	
<b>Etimologia:</b>	
<b>Outros topônimos:</b>	
<b>Contexto Histórico:</b>	
<b>Motivação toponímica:</b>	
<b>Categoria Taxonômica:</b>	

Classificados da seguinte forma:

**Topônimo** – referente ao nome do lugar, como consta nos documentos e mapas;

**Localização** - indica mesorregiões e microrregiões do estado do Tocantins;

**Cidade** – indica qual topônimo se refere;

**Etimologia** – apresenta origem e possíveis significados dos topônimos;

**Estrutura Morfológica** – representa, segundo (Dick 1992), a constituição dos topônimos em topônimo específico simples, composto e híbrido, além da classe gramatical e o processo de formação lexical (composição ou derivação);

**Outros Topônimos** - nomes anteriores encontrados;

**Contexto Histórico** - apresentam-se principais informações sobre o histórico do lugar;

**Motivação Toponímica** – aponta evento real ou imaginário que motivou a escolha toponímica.

**Categoria taxonômica** - apresenta classificação taxonômica do topônimo, a partir da categorização e subcategorização Dickiana.

A partir dessa ficha, pôde-se realizar a descrição e análise dos topônimos. Uma vez que, nesse modelo adaptado de ficha lexicográfico-toponímica foram dispostas, de forma organizada, elementos classificatórios para conhecimento das peculiaridades toponímicas de cada um dos seis topônimos municipais estudados, imprescindíveis para o fornecimento de subsídios para as análises e alcance dos resultados esperados. No próximo capítulo, serão apresentadas as análises dos dados.

## CAPÍTULO 5 - ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, são apresentadas as análises a partir dos levantamentos toponímicos inscritos nas fichas referentes às nomeações de seis municípios tocantinenses que referenciam diretamente à devoção mariana, na contemporaneidade. Para tanto, utiliza-se o modelo taxionômico de Dick, já explicitado anteriormente, através de ficha lexicográfico-toponímica, com devidas adaptações, contemplando os seguintes itens: topônimo, localização, município, etimologia, estrutura morfológica, outros topônimos, contexto histórico, motivação toponímica e categoria taxonômica. Em seguida, apresenta-se a análise toponímica de cada nome municipal, organizados em ordem alfabética. Todos eles encontram-se inseridos na taxonomia de natureza antropocultural, classificados como hierotopônimos por se referirem a entidades consideradas, por uma sociedade, de natureza sagrada. Por outro lado, o topônimo *Santa Maria do Tocantins*, além de estar classificado nessa categoria, tem uma classificação específica que é a da Hagiotoponímia, a qual faz referência aos santos e às santas do hagiológico romano.

### 5.1 TOPÔNIMO APARECIDA DO RIO NEGRO

Quadro 3 - Classificação do topônimo *Aparecida do Rio Negro*

<b>Topônimo:</b> Aparecida do Rio Negro	<b>Cidade:</b> Aparecida do Rio Negro
<b>Localização:</b> mesorregião oriental do Tocantins – microrregião Porto Nacional.	
<b>Estrutura morfológica:</b> Elemento composto híbrido <i>Aparecida</i> (adj. Subst.) + prep. <i>de</i> + art. <i>o</i> + <i>Rio</i> (subst.) + <i>Negro</i> (adj. subst.).	
<b>Etimologia:</b> Tem origem no latim e religiosa. Está associado a aparição da Virgem Maria (Nossa Senhora Aparecida). Significa “a que apareceu” Houaiss (2001).	
<b>Outros topônimos:</b> Meira Matos.	
<b>Contexto Histórico:</b> O povoado Meira Matos teve seu início em março de 1965. Posteriormente, recebeu nome de Aparecida do rio Negro em alusão à Nossa Senhora Aparecida, padroeira da cidade, e ao rio que a circunda IBGE (2017).	
<b>Motivação toponímica:</b> Nossa Senhora Aparecida, padroeira da cidade e ao rio que banha a cidade.	
<b>Categoria Taxonômica:</b> hierotopônimos - relação com nomes sagrados.	

O topônimo *Aparecida do Rio Negro* nomeia uma cidade localizada na mesorregião oriental do Tocantins – microrregião Porto Nacional. Esse topônimo possui estrutura morfológica híbrida porque apresenta elemento composto híbrido *Aparecida* (adj. Subst.) + prep. *de* + art. *o* + *Rio* (subst.) + *Negro* (adj. subst.). De acordo com Houaiss (2001), tem etimologia com origem

no latim e religiosa, uma vez que se associa a aparição da Virgem Maria (Nossa Senhora Aparecida), que significa “a que apareceu”.

Por conseguinte, evidencia-se que a motivação dada ao topônimo *Aparecida do Rio Negro*, apresenta relação entre a experiência humana religiosa e o espaço físico em que o nome do santo padroeiro e a hidronímia local são utilizados para denominar o lugar. Entende-se como denominação espontânea, por corresponder à especificidade local do homem, impactado pelo ambiente e seu entorno. Encontra-se classificada na dimensão antropocultural *Aparecida* com especificativo físico *Rio Negro*.

Convém esclarecer que Dick (1990), o categoriza como integrante a taxa dos hierotopônimos, por fazer parte da relação com o sagrado. Haja vista, sua ressalva com relação a isso, uma vez que reconhece a carga denotativa hidronímica incorporada aos designativos. Entretanto, considera somente a entrada lexical como referente para classificação taxonômica. Sendo essa relação linguística do ato de nomear, com o aproveitamento de elementos do meio natural, ação que permite a ampliação lexical de uma língua, à medida que ele nomeia esse meio projeta sua percepção de mundo.

Com relação ao denominativo, *Aparecida*, essa autora lembra que, mesmo Nossa Senhora *Aparecida* ter sido escolhida padroeira do Brasil, a incidência dessa expressão não foi incorporada em nomeações nem na sua forma completa, e nem do determinante *Aparecida*, seja com sintagma simples ou composto, como podemos apreciar no próprio topônimo em questão, *Aparecida do Rio Negro*.

Mesmo não sendo possível afirmar, infere-se que a escolha desse hagiônimo está alinhada ao culto e desejo do denominador, que acatou o nome religioso como representatividade local e que acabou convencionalizado. Juntamente com Dias (2016), afirma-se que a relação devocional por um santo ou santa o motiva na escolha do nome do seu santo de preferência, para nomear o lugar em que habita. Assim, com intuito da proteção de alguma entidade divina, ou mesmo para seguir a tradição portuguesa, nomeava-se o local de posse ou conquista com nome do santo ou santa, conforme o calendário do dia ou de devoção do denominador.

## 5.2 TOPÔNIMO CONCEIÇÃO DO TOCANTINS

Quadro 4 - Classificação do topônimo: *Conceição do Tocantins*

<b>Topônimo:</b> Conceição do Tocantins	<b>Cidade:</b> Conceição do Tocantins
<b>Localização:</b> mesorregião oriental do Tocantins - microrregião de Dianópolis	

<b>Estrutura morfológica:</b> elemento composto híbrido (subst. [português] <i>conceição</i> + prep. <i>de</i> + art. <i>o</i> + subt. [tupi] <i>tocantins</i> ).
<b>Etimologia:</b> <i>conceição</i> vem do verbo conceber, gerar, do latim <i>concipere</i> - Conceição da Virgem Maria (CUNHA, 2007). Além dessas acepções, Houaiss (2001) relaciona ao dogma da concepção sem pecado da Virgem Maria. Instituída por Dom João VI, em 1818, que tinha obrigação de zelar pelo dogma e pelo culto da Imaculada Conceição de Maria. Acrescenta-se ao vocábulo <i>Conceição</i> , o termo <i>Tocantins</i> que se refere ao grupo indígena que teria habitado junto à foz do rio Tocantins-PA. Sampaio (1901) apresenta o termo <i>tucantins</i> corr. <i>tucam-tim</i> , que quer dizer nariz de tucano, ponta de tucano, apelido dado ao rio.
<b>Outros topônimos:</b> Arraial da Conceição, Vila de Conceição do Norte
<b>Contexto Histórico:</b> Por volta de 1740, a bandeira chefiada pelo português Manoel Paes Andrade, em razão do ouro abundante, iniciou a povoação. Conceição teve seu posto de contagem, chamado 'Contagem da Conceição', em 1812. No ano de 1854, elevada à Vila de Conceição do Norte e, como cabeça de julgado, teve pelo menos três companhias: de Cavalaria, de Infantaria e Ordenanças (IBGE, 2017).
<b>Motivação toponímica:</b> Nossa Senhora da Conceição.
<b>Categoria Taxonômica:</b> hierotopônimo - relativo a nomes sagrados.

O topônimo *Conceição do Tocantins* nomeia uma cidade localizada na mesorregião oriental do Tocantins - microrregião de Dianópolis. Esse topônimo apresenta estrutura morfológica híbrida porque é um elemento composto específico híbrido (subst. [português] *conceição* + prep. *de* + art. *o* + subt. [tupi] *tocantins*), aparece com o elemento *Conceição* com determinativo *Tocantins*. As partes que o compõem são de origens linguísticas diferentes. Sendo *Conceição*, um nome português de origem latina, significa *conceber* e está relacionado à concepção da Virgem Maria. Já *Tocantins* é de origem tupi, refere-se ao nome de uma tribo indígena, que quer dizer 'nariz de tucano'. O termo nomeia o rio, o estado e nomes de cidades, com funcionalidade de especificar o locativo a que pertence. Assim, fica claro que *Conceição* é do estado de Tocantins.

Em sua etimologia, *conceição* vem do verbo conceber, gerar, do latim *concipere* (Conceição da Virgem Maria). Além dessas acepções, Houaiss (2001) relaciona ao dogma da concepção sem pecado da Virgem Maria. Acrescenta-se ao vocábulo *Conceição*, o termo *Tocantins* referente ao grupo indígena que teria habitado à foz do rio Tocantins-PA. O termo *tucantins* corr. *tucam-tim*, quer dizer nariz de tucano, ponta de tucano, que deu seu apelido ao rio. Essa cidade já teve outros topônimos como Arraial da Conceição, Vila de Conceição do Norte.

A motivação toponímica tem relação direta com a devoção do denominador à Santa. O próprio histórico da cidade demonstra tal fato. Nossa Senhora da Conceição continua reverenciada pela população local, sendo a padroeira da cidade. Em Dick (1990) afirma-se que seu culto é um dos mais antigos dentre as devoções marianas, com marca bastante produtiva

durante a colonização. Entretanto, aparece apenas na sua forma simples ou com determinativos de diferentes procedências semânticas, ilustradas pelo gosto popular ou por formações espontâneas, a exemplo, Conceição do Norte - GO; Conceição da Barra - ES; Conceição do Araguaia - PA entre outras.

Segundo Megale (1980), em 1640, Nossa Senhora da Conceição teve seu culto oficializado por D. João IV, em Portugal. No Brasil, sua imagem chegou com Pedro Álvares Cabral, tornando-se depois a padroeira do nosso país. Nesse sentido, há muitos séculos antes de a Igreja Católica proclamar o dogma da Imaculada Conceição de Maria, o povo já reconhecia a pureza da Mãe de Deus, concebida sem a mancha do pecado original, devoção celebrada com sua festa a 8 de dezembro. Diante do contexto apresentado, evidencia-se que a devoção à Santa caminhou em paralelo à colonização, permanecendo até os dias atuais tanto na toponímia quanto na antroponímia, uma vez que o termo *Conceição* pode ser encontrado em todas as regiões do país.

Pode ser acrescentado, que após a criação do estado do Tocantins, em 1989, o termo *Conceição* ganhou o especificativo Tocantins, em substituição ao termo norte, para se distinguir de designativos do restante do país, já que este topônimo é encontrado em vários estados brasileiros. Configurando-se, assim, como mais um afirmativo da sistematização da herança cultural portuguesa.

### 5.3 TOPÔNIMO FÁTIMA

Quadro 5 - Classificação do topônimo *Fátima*

<b>Topônimo:</b> Fátima	<b>Cidade:</b> Fátima
<b>Localização:</b> Mesorregião Ocidental do Tocantins - Microrregião Rio Formoso.	
<b>Estrutura morfológica:</b> elemento específico simples (subst.) Antr. <i>Fátima</i> (-ár.fátima).	
<b>Etimologia:</b> Em árabe, <i>Faatima</i> significa mulher que desmama seus filhos. Fátima vem do persa <i>Fatimat</i> . Da mesma raiz etimológica foi originado o elemento <i>fath</i> , graça divina sobre os que têm o conhecimento sagrado (HOUAISS, 2001). Sua origem também faz referência ao nome da filha do profeta Maomé, nome muito apreciado por árabes e portugueses. Em Portugal, teve influência pela devoção a Nossa Senhora de Fátima (GUÉRIOS, 1981, p.118).	
<b>Outros topônimos:</b> --	
<b>Contexto Histórico:</b> O Município surgiu por conta da construção da rodovia. A origem do nome é em homenagem à padroeira da cidade, Nossa Senhora de Fátima. O povoado cresceu, mas o mesmo nome foi conservado. A Lei Estadual n.º 9.188, de 14 de maio de 1982 deu autonomia política ao Povoado, desmembrado de Brejinho de Nazaré. (IBGE, 2017).	
<b>Motivação toponímica:</b> A origem do nome é em homenagem à padroeira da cidade, Nossa Senhora de Fátima.	

<b>Categoria Taxonômica:</b> hierotopônimo - relação a nomes sagrados.
--

O topônimo *Fátima* nomeia cidade localizada na Mesorregião Ocidental do Tocantins - Microrregião Rio Formoso. Possui estrutura morfológica que possui elemento específico simples (subst.) Antr. *Fátima*(-ár.fátima). Em sua etimologia, em árabe, *Faatima* significa mulher que desmama seus filhos. Fátima vem do persa *Fatimat*. Da mesma raiz etimológica, foi originado o elemento *fath*, graça divina sobre os que têm o conhecimento sagrado. Sua origem também faz referência ao nome da filha do profeta Maomé, nome muito apreciado por árabes e portugueses. Em Portugal, teve influência pela devoção a Nossa Senhora de Fátima.

Essa denominação *Fátima* aparece no contexto histórico em que a cidade surgiu por conta da construção da rodovia BR 153. A origem do nome é em homenagem à Nossa Senhora de Fátima, que se tornou padroeira da cidade. O povoado cresceu, mas o mesmo nome foi conservado. A Lei Estadual n.º 9.188, de 14 de maio de 1982 deu autonomia política ao Povoado, desmembrado de Brejinho de Nazaré

Em favor dos dados levantados, infere-se que *Fátima*, também é um locativo com aludida intencionalidade de garantia da proteção divina, uma vez que a homenagem à Santa se deve em decorrência do espírito religioso do denominador. Após aparição de Nossa Senhora na cidade de Fátima em Portugal, sua devoção foi sendo motivada. Com isso, posteriormente, sua crença foi impulsionada em solo brasileiro pela tradição religiosa trazida pelos colonizadores, materializada em nomes de pessoas e cidades, chegando até os dias atuais, como é o caso da cidade de Fátima referido neste trabalho.

#### 5.4 TOPÔNIMO NATIVIDADE

Quadro 6 - Classificação do topônimo *Natividade*

<b>Topônimo:</b> Natividade	<b>Cidade:</b> Natividade
<b>Localização:</b> mesorregião oriental do Tocantins - microrregião de Dianópolis.	
<b>Estrutura morfológica:</b> elemento específico simples (subst. <i>natividade</i> ).	
<b>Etimologia:</b> refere-se ao dia do nascimento, especialmente o nascimento da Virgem Maria. (MEGALE, 1980). A origem da palavra <i>natividade</i> vem do latim <i>nativitas</i> , <i>ātis</i> , que dizer nascimento, natividade, natividad, natividade (HOUAISS, 2001).	
<b>Outros topônimos:</b> Arraial de São Luís, Arraial de Nossa Senhora da Natividade	
<b>Contexto Histórico:</b> O Arraial de São Luís, edificado por escravos, teve origem no século XVIII, em 1734, com a vinda de portugueses para a região à procura de ouro. Foi sede provisória da Comarca São João das Duas Barras, época em que o território de Goiás foi dividido. Em 1815, a sede foi transferida para São João da Palma, hoje Paranã. Em 1821, volta a ser sede administrativa do Norte Goiano, como Governo Provisório. No ano de 1832, passou à condição de Vila de Natividade. Em 26 de agosto de 1933, tornou-se Natividade (IBGE, 2017).	

<b>Motivação toponímica:</b> homenagem a Nossa Senhora da Natividade.
<b>Categoria Taxonômica:</b> hierotopônimo - relativo a nomes sagrados.

O topônimo *Natividade* nomeia cidade localizada na mesorregião oriental do Tocantins - microrregião de Dianópolis. Esse topônimo apresenta estrutura morfológica formada por elemento específico simples da língua portuguesa, (subst. *natividade*).

Sua etimologia tem origem latina e significa *nascimento*. A origem da palavra *natividade* vem do latim *nativitas*, *ātis*, que quer dizer nascimento, natividade, natividad, nativiidade (HOUAISS, 2001). O termo remete ao nascimento de Nossa Senhora.

Juntamente com afirmação apresentada por Dias (2016), infere-se que a motivação toponímica provém do apego dos primeiros habitantes à Nossa Senhora da Natividade, já que a Santa é vista como uma intercessora direta da graça divina.

Pelo contexto histórico apresentado, é possível relacionar aspectos políticos, além da interferência religiosa, como elementos decisivos para a escolha do denominador para essa importante cidade histórica tocantinense.

Uma vez que, além de ter sido uma maneira funcional de marcação e identificação da localidade, comumente, fazia parte, durante o período de conquistas, o costume de nomear o local de posse ou de rota de passagem com o nome de uma pessoa influente. Ou ainda, nomeava-se o povoado com nome do santo ou santa da preferência, ou do calendário do dia, com o intuito de estarem sob a proteção da entidade divina. Isso, acabou ajudando a religião cristã católica a tomar propulsão histórica diante do novo território conquistado, cenário considerado propício para tal propagação.

## 5.5 TOPÔNIMO NAZARÉ

Quadro 7- Classificação do topônimo *Nazaré*

<b>Topônimo:</b> Nazaré	<b>Cidade:</b> Nazaré
<b>Localização:</b> mesorregião ocidental do Tocantins - microrregião Bico do Papagaio.	
<b>Estrutura morfológica:</b> elemento específico simples substantivo fem. bras. ( <i>Nazaré</i> ).	
<b>Etimologia:</b> Significa consagrar-se a Deus. Origem provável, hebraica. Remete à cidade de Nazaré, em Israel na Galileia (HOAISS, 2001). Remete à Maria de Nazaré, bem como a seu filho Jesus de Nazaré. “Nome de origem cristã; usado com o nome Maria: Maria de Nazaré, da invocação - Virgem ou Senhora de Nazaré. Usa-se também tão só Nazaré” (GUÉRIOS, 1981, p. 184).	
<b>Outros topônimos:</b> Gameleira.	

<b>Contexto Histórico:</b> A cidade teve início impulsionado pelo comércio. Em razão de sua localização, às margens do ribeirão, Gameleira, o povoado recebeu essa mesma denominação. Com a autonomia, o povoado alterou seu nome para Nazaré. Pela Lei Estadual nº 2.133 de 14 de novembro de 1958, foi criado o município (IBGE, 2017).
---

<b>Motivação toponímica:</b> Nossa Senhora de Nazaré.
---

<b>Categoria Taxonômica:</b> hierotopônimo - relação ao sagrado.
--

O topônimo *Nazaré* nomeia uma cidade localizada na mesorregião ocidental do Tocantins - microrregião do Bico do Papagaio. Possui estrutura morfológica de elemento específico simples substantivo fem. bras. (*Nazaré*).

Sua etimologia tem origem hebraica e religiosa, é um nome sagrado que remete tanto à cidade de Galiléia, em Israel, quanto à Nossa Senhora de *Nazaré*, além de também remeter ao seu filho, Jesus Cristo, pois também é conhecido como Jesus de *Nazaré*. Conforme descrição de Guérios (1981, p. 184), “Nome de origem cristã; usado com o nome Maria: Maria de Nazaré, da invocação - Virgem ou Senhora de Nazaré. Usa-se também tão só Nazaré.”

O que se demonstra a partir dos estudos realizados, é que o topônimo também apresenta motivações religiosas, mesmo sendo uma cidade constituída na atualidade e não no período colonial, a herança cultural da religiosidade católica permanece e se reflete na escolha do topônimo.

Conforme Megale (1980), a devoção pela Santa se espalhou por todo território português, graças aos Jesuítas, que também a introduziram no Brasil, em 1630. A imagem é envolta a um episódio místico em que ela sumia e reaparecia do local onde foi erguida uma capela, posteriormente. Com o aumento da devoção, foi construída uma basílica, localizada em Belém do Pará. Neste local, ocorre anualmente o Círio de Nazaré.

Nesse sentido, a partir dessas informações citadas, infere-se que a escolha do nome foi feita por influência política e/ou religiosa sobre os demais membros da comunidade, tanto que, ao receber autonomia como município, manteve a denominação. Evidenciando mais uma vez, a força da representatividade da fé cristã-católica.

## 5.6 TOPÔNIMO SANTA MARIA DO TOCANTINS

Quadro 8- Classificação do topônimo *Santa Maria*

<b>Topônimo:</b> Santa Maria do Tocantins	<b>Cidade:</b> Santa Maria do Tocantins
<b>Localização:</b> mesorregião oriental do Tocantins e na microrregião de Porto Nacional.	
<b>Estrutura morfológica:</b> elemento específico composto, <i>Santa:</i> Subst. Fem. de santo; mulher canonizada. Sancta; sãta; sãcta <i>Maria:</i> subst. + do - prep. <i>de</i> + art. <i>o</i> + subst. [tupi] <i>Tocantins</i> .	

<b>Etimologia:</b> Maria, quer dizer senhora soberana; origem do latim que provavelmente se originou da tradição judaico-cristã (CUNHA, 2007). Por se tratar de um nome muito difundido, antes mesmo da época de Jesus Cristo, é possível que derive do sânscrito <i>Maryáh</i> , que significa “a pureza; a virtude; a virgindade” (HOAISS, 2001). Sampaio (1901) apresenta o termo <i>tucantins</i> corr. <i>tucam-tim</i> , que quer dizer nariz de tucano, ponta de tucano, apelido dado ao rio.
<b>Outros topônimos:</b> --
<b>Contexto Histórico:</b> A formação do povoado foi impulsionada pelo comércio e construção das antigas GOs - 134/138, hoje, TOs - 134/138. Em 1982 a Sra. Tarcília Pinheiro Botelho, se elegeu no município de Pedro Afonso, com apoio dos moradores da região da Fazenda Santa Maria. Adquirindo condições políticas para reivindicar a criação do município de Santa Maria do Tocantins pela Lei n.º 006/83 de 03/11/1983 (IBGE, 2017).
<b>Motivação toponímica:</b> devido a questões políticas e de cunho religioso.
<b>Categoria Taxonômica:</b> hierotopônimo, subcategoria: hagiotopônimo - referência à Santa do hagiológico romano.

O topônimo *Santa Maria do Tocantins* nomeia uma cidade localizada na mesorregião oriental do Tocantins e na microrregião de Porto Nacional. Possui estrutura morfológica de elemento específico composto: *Santa* - Subst. designativo que significa uma mulher que foi canonizada pela igreja católica; *Maria* - hagiônimo comum, termo que faz referência ao nome da mãe de Jesus; do Tocantins - do - prep. *de* + art. *o* + destaca-se que o termo *Tocantins*, tem origem Tupi e funciona como um especificador de localização geográfica, em substituição ao termo norte.

Sua etimologia tem origem do latim que provavelmente se originou da tradição judaico-cristã (CUNHA, 2007). Por se tratar de um nome muito difundido, antes mesmo da época de Jesus Cristo, é possível que derive do sânscrito *Maryáh*, que significa “a pureza; a virtude; a virgindade”. *Santa*, segundo Houaiss (2001), remete a uma pessoa com muitas virtudes. Sampaio (1901) apresenta o termo *tucantins* corr. *tucam-tim*, que quer dizer nariz de tucano, ponta de tucano, apelido dado ao encontro do rio Tocantins com o rio Araguaia.

Em favor dos dados levantados, é interessante destacar que motivação toponímica é devido a questões políticas e de cunho religioso. *Santa Maria*, de acordo com o IBGE (2017) foi um termo escolhido, politicamente, pois foi empregado em homenagem à dona da fazenda com o referido nome, que não deixa de ser uma referência à Santa. Segundo o Censo IBGE (2010), a título de curiosidade, “Maria” configura-se como o nome próprio feminino mais recorrente no país. Concernente a isso, infere-se que essa recorrência se deve à afeição do povo brasileiro por Santa Maria (Nossa Senhora).

Dos topônimos aqui estudados, esse é o único classificado em hagiotopônimo, por se tratar de uma Santa da religião cristã católica. Muito provavelmente, como já dito anteriormente, o topônimo *Santa Maria* estabelece, então, conexão ao recorrente espírito

religioso católico trazido pelos portugueses. Para essa afirmativa, conforme Dick (1990) a expressão *santo*, *santa* e *são* aparecem com variedade expressiva, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualificativo, herdada da cultura portuguesa e de sua representatividade religiosa no país.

Nesse contexto, mostra-se a força da religiosidade católica herdada dos europeus que perdura até os dias atuais. Destaca-se ainda que as motivações por trás dos seis topônimos tocantinenses estudados refletem valores políticos, socioculturais, religiosos e ideológicos, além de fatores ambientais, como é o caso do topônimo Aparecida do Rio Negro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciarmos o trabalho de pesquisa constata-se que havia poucos estudos dedicados ao contexto dos hierotopônimos tocantinenses. Nesse sentido, considerando a necessidade de conhecer mais sobre a toponímia religiosa do estado, e por essa temática ser de relevância sócio histórica e cultural, vislumbra a importância de apresentar como surge e se desenvolve a cultura do nosso povo. Sendo um tema pouco estudado no estado, promovê-lo foi relevante por si mesmo. E, ainda, permitiu ampliar o conhecimento das diferentes titulações recebidas por Maria, a Mãe de Jesus, além de identificar formações lexicais associadas a essas motivações marianas com o uso dos conceitos significativos para o processo de denominações toponímicas. A partir disso, foram selecionados seis municípios com entrada lexical mariana.

Com isso, o objetivo geral de investigar as motivações que levaram os denominadores a utilizar a religiosidade de origem cristã-católica na nomeação de algumas cidades do estado do Tocantins, a fim de contribuir na valorização dos conhecimentos linguísticos, socioculturais e históricos pertinentes à toponímia tocantinense foi atendido. A partir do trabalho realizado, foi possível verificar que as formações hierotopónimicas perpassaram não só o contexto histórico de constituição do estado do Tocantins, mas do Brasil como um todo. Dessa maneira, recaem sobre os topônimos pesquisados, aspectos diversos da formação toponímica.

Constata-se que os objetivos específicos iniciais estabelecidos, também foram atendidos, uma vez que abordou-se aspectos conceituais da Onomástica, como ciência que abarca a Toponímia e suas relações. Descreveu-se como ocorreu o processo histórico de algumas formações hierotopónimicas no estado do Tocantins, algumas constituídas durante o período colonial e outras na atualidade, pela ênfase em seis cidades com formações lexicais marianas e interpreta os topônimos tocantinenses marianos, tendo em vista os títulos devocionais.

Por isso, partiu-se da hipótese de que os nomes das cidades refletem o ideal político, religioso, sociológico e cultural da época. Assim, durante o trabalho, confirmou-se hipótese apresentada de que as formações hierotopónimicas do estado do Tocantins têm forte influência de crenças e valores que os portugueses trouxeram consigo, refletidas em nomeações que ficaram registradas em localidades por onde passavam e/ou se instalavam.

Nessa perspectiva, a pesquisa foi direcionada sob questionamentos que serviram como norteadores, com informações sobre as classificações toponímicas atribuídas por Dick (1990; 1992); sobre quais motivações que afloraram no ato de designar um lugar com nomes de origem

sagrada e pela constatação de nomeações que permanecem até a atualidade. Dessa forma, todas as perguntas foram respondidas a partir de estudo documental e bibliográfico. Nas motivações, encontram-se não apenas uma, mas várias. Os seis topônimos tocantinenses estudados apresentam, em sua maioria, conotação motivacional de aspecto cultural, ideológico, político e religioso, além do ambiente natural.

Para tanto, a metodologia fundamentada em levantamento bibliográfico e documental apesar da limitação de acesso a material correspondente ao assunto, contribuiu de forma suficiente para coleta de dados e análises dos topônimos investigados, bem como para a sistematização das informações levantadas e melhor compreensão nesta abordagem.

De acordo com as perguntas expostas, foi constatado que os topônimos são signos linguísticos sempre sobrepostos por alguma motivação. E ainda que o estudo toponímico não deve ser feito de maneira isolada, mas integrada de maneira interdisciplinar a várias áreas do conhecimento, ligadas aos contextos cultural, religioso, geográfico, etimológico, histórico, político, entre outros. Além de resgatar aspectos culturais sincrônicos e diacrônicos.

Destaca-se, com isso, que por trás de um nome existe toda uma tessitura de intencionalidades diversas. O fato corrobora o que afirma Guiraud (1980), que quando fazemos escolhas estas são sempre intencionais e motivadas. As escolhas, principalmente em relação aos topônimos aqui estudados, foram motivadas por crenças e ideologias implantadas desde o início da colonização portuguesa, pela implementação do cristianismo, primeiro pelos Jesuítas, posteriormente por outras ordens religiosas, sob poder de Roma. Que por sua vez, permanecendo até a atualidade, pelos traços de aceitação e de devoção popular.

Por fim, convém salientar que a Onomástica intercruza língua, cultura e sociedade. Nesse sentido, a toponímia age como importante registro e articulador para conhecimento de percursos históricos e para materialização dos acontecimentos ao longo do tempo. Desse modo, evidencia-se que os topônimos também funcionam como projeção da realidade, na medida em que as características físicas e antropoculturais vão sendo alocadas nos designativos de lugares a partir de determinado contexto sociocultural, político ou religioso, essas marcas permanecem firmadas ou não, após mudanças na sociedade.

Por fim, apesar do esforço aqui empenhado, considerando as situações de isolamento social e o fechamento das várias instituições de ensino e pesquisa, apesar das limitações pessoais, financeiras e materiais para execução dessa pesquisa em plena pandemia do coronavírus, ainda assim, espera-se que ofereça contribuições pertinentes para futuros trabalhos na área da pesquisa toponímica do estado do Tocantins.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. S. de; CASTRO, M. C. D de; DIAS, A. L. C. (Org.). *Onomástica e a identidade do homem*. Goiânia: Imprensa Universitária, 2018.

ANDRADE, K. S. dos; FLORES, K. M. Imaginário e representação na formação da toponímia do Tocantins colonial. Imaginary and representation in the toponymic formation of colonial Tocantins. Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, Araguaína e Porto Nacional, TO. *Filol. Linguíst. Port.*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 239-255, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v19i2p239-255> e-ISSN 2176-9419. Acesso em: 29 out. 2019.

ANDRADE, K. S. dos. *Atlas Toponímico de Origem Indígena do estado do Tocantins – Projeto ATITO*. 2006.187f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

ANTUNES, I. *Território das palavras: estudo do léxico em sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2012.

BAKHTIN. M. M (Volochinov). *Marxismo e Filosofia da linguagem*. 16 ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BASILIO, M. *Teoria Lexical*. São Paulo: Ática, 1987.

BRASIL. Ministério do Turismo. Natividade: Berço histórico do Tocantins. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/7607-natividade-ber%C3%A7o-hist%C3%B3rico-do-tocantins.html>. Acesso em: 30 nov. 2020.

BIDERMAN, M. T. C. A formação e a consolidação da norma lexical e lexicográfica no português do Brasil. In: NUNES, J. H., PETTER, M. (org.). *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Pontes, 2002.

BIDERMAN, M. T. C. *Teoria Linguística: teoria lexical e linguística computacional*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CAMARA Jr., J. M. *História e estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.

CARVALHINHOS, P. de J. *Etnotoponímia comparada e antroponímia: sistemas de nomeação e fundamentos do nome próprio*. In: Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 2008, Rio de Janeiro. Livro de Resumos. Rio de Janeiro, 2008.

CARVALHO, N. *Empréstimos linguísticos na língua portuguesa*. São Paulo: Cortez, 2009.

CATECISMO da Igreja Católica. Città del Vaticano/Petrópolis: Libreria Editrice Vaticana: Vozes, 1993. Disponível em:

[http://www.vatican.va/archive/cathechism\\_po/index\\_new/prima-pagina-cic\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/prima-pagina-cic_po.html). Acesso em: 21 Jan. 2021.

CUNHA, G. A. Dicionário etimológico da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Lexikom editora digital, 2007.

CUNHA MATOS, R. J. da. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás*. Belo Horizonte: Inst. Cultural Amilcar Martins, 2004.

DIAS, A. L. C. *Toponímia dos primeiros municípios tocantinenses. Tese (Doutorado)* Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Faculdade de Letras. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2016.

DICK, M. V. de P. A. *Motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Edições arquivo do Estado: São Paulo, 1990.

DICK, M. V. de P. A. O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência. In: ISQUERDO, A. N.; OLIVEIRA, A. M. P. P. (orgs). *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. 2. ed. Campo Grande: UFMS, 2001.

DICK, M. V. de P. A. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. G. (orgs). *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. Vol. II. Campo Grande: UFMS, 2004.

DICK, M. V. de P. A. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. Coletânea de Estudos. 3. ed. São Paulo, 1992.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Toponímia e Cultura. *Rev. Inst. Est. Bras.*, São Paulo, n.27, p.93-101, 1987. Disponível em: 200.144.255.123/Imagens/Revista/REV027-.07.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

GUÉRIOS. R. F. M. *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes*. 3. ed. São Paulo: Ave Maria, 1981.

GUIRAUD, P. *A semântica*. Tradução de Maria E. Mascarenhas. 3 ed. São Paulo: DIFEL, 1980.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tadeu Tomás da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOUAISS, A. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRÁFICO E ESTATÍSTICO. Cidades do Tocantins. 2017. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?coduf=17>. Acesso em: 10 out. 2019.

ISQUERDO, A. N. A motivação na toponímia: algumas reflexões. In. SELLA, A. F; CORBARI, C. C; BIDARRA, J. (Orgs.). *Pesquisa sobre léxico: reflexões teóricas e aplicação*. Campinas. São Paulo: Pontes, 2012. p. 81-95.

ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. G. (orgs). *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. Vol. II. Campo Grande: ed. UFMS, 2004.

KAUARK, F. S.; MANHÃES, F. C.; SOUZA, C. H. M. *Metodologia da pesquisa: um guia prático*. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

MEGALE, N. B. *Cento e Sete Invocações da Virgem Maria no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

MONTEIRO. J. L. *Morfologia portuguesa*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.

NUNES, V. R. *Toponímia e ensino: estudo dos nomes de lugares de origem indígena no livro didático de Geografia*. 2015. 114p. Dissertação (Mestrado em Letras: ensino de Língua e Literatura) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Letras: ensino de Língua e Literatura, Araguaína, 2015.

PALACÍN, L., MORAES, M. A. S. *História de Goiás (1722-1972)*. 7. ed. Goiânia: UCG, Vieira, 2008.

PALACÍN, L. *Sociedade Colonial (1549 a 1599)*. Goiânia: Ed. da UFG, 1981.

PARENTE, T. G. *Fundamentos históricos do estado do Tocantins*. 3. ed. Goiânia: UFG, 2007.

SAMPAIO, T. *O Tupi na Geographia Nacional*. São Paulo: Typ. da Casa Eclectica, 1901. Disponível em: [http://biblio.etnolinguistica.org/sampaio\\_1901\\_tupi](http://biblio.etnolinguistica.org/sampaio_1901_tupi). Acesso em: 08 out. 2015.

SAPIR, E. *Linguística como ciência: ensaios*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969.

SOLÍS, G. F. *La gente passa, los nombres quedan. Introducción em la toponimia*. Lima: G. Herrera Editores, 1997.

**ANEXOS:**

IMAGEM MUNICÍPIO: APARECIDA DO RIO NEGRO

Disponível em: [https://atm-to.org.br/images/noticia/20140528-135815\\_5392.jpg](https://atm-to.org.br/images/noticia/20140528-135815_5392.jpg). Acesso em: 02 dez. 2020.



Disponível em:

[https://www.google.com/search?q=MAPA+aparecida+do+rio+negro&tbm=isch&ved=2ahUK EwjSjdmYqK\\_tAhWTBbkGHVr4DQgQ2-cCegQIABAA&oq=MAPA+aparecida+do+rio+negro](https://www.google.com/search?q=MAPA+aparecida+do+rio+negro&tbm=isch&ved=2ahUK EwjSjdmYqK_tAhWTBbkGHVr4DQgQ2-cCegQIABAA&oq=MAPA+aparecida+do+rio+negro). Acesso em: 02 dez. 2020.



IMAGEM MUNICÍPIO: CONCEIÇÃO DO TOCANTINS

Disponível em: <https://gazedocerrado.com.br/wp-content/uploads/2019/08/concei%C3%A7%C3%A3o.jpg>. Acesso em: 02 dez. 2020.



Disponível em:

[https://www.google.com/search?q=MAPA+concei%C3%A7%C3%A3o+do+tocantis&tbm=isch&ved=2ahUKEwiYzZHfp6\\_tAhWSLrkGHet0AloQ2-cCegQIABAA&oq=MAPA+concei%C3%A7%C3%A3o+do+tocantis](https://www.google.com/search?q=MAPA+concei%C3%A7%C3%A3o+do+tocantis&tbm=isch&ved=2ahUKEwiYzZHfp6_tAhWSLrkGHet0AloQ2-cCegQIABAA&oq=MAPA+concei%C3%A7%C3%A3o+do+tocantis). Acesso em: 02 dez. 2020.



IMAGEM MUNICÍPIO: FÁTIMA

Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2020/08/04/prefeitura-de-fatima>.

Acesso em: 02 dez. 2020.



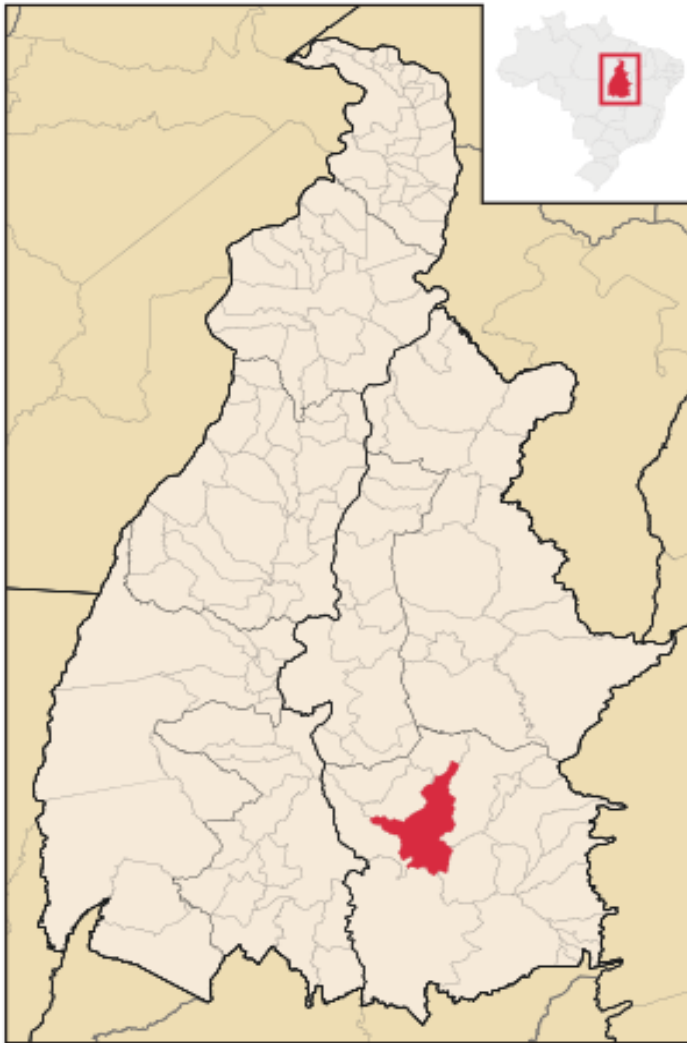
Disponível em:

[https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/4/4a/Tocantins\\_Municip\\_Fatima.svg/600px-Tocantins\\_Municip\\_Fatima.svg.png](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/4/4a/Tocantins_Municip_Fatima.svg/600px-Tocantins_Municip_Fatima.svg.png). Acesso em: 02 dez. 2020.



IMAGEM MUNICÍPIO: NATIVIDADE

Disponível em: [https://lh3.googleusercontent.com/proxy/4pBxkvHXa11s\\_aDgZ5X-PVZxcziwMYEUY0ZH-ABFaIzKEkE93tMAfdobtc8LTc0BZG8\\_Q6w23li06fJD5u2DqkDZl1aT5WdSD-IUiUJh-V3s9okYvMNsAduxTzKfSg](https://lh3.googleusercontent.com/proxy/4pBxkvHXa11s_aDgZ5X-PVZxcziwMYEUY0ZH-ABFaIzKEkE93tMAfdobtc8LTc0BZG8_Q6w23li06fJD5u2DqkDZl1aT5WdSD-IUiUJh-V3s9okYvMNsAduxTzKfSg). Acesso em: 02 dez. 2020.



Disponível em:

[https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/5/50/Tocantins\\_Municip\\_Natividade\\_e.svg/300px-Tocantins\\_Municip\\_Natividade.svg.png](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/5/50/Tocantins_Municip_Natividade_e.svg/300px-Tocantins_Municip_Natividade.svg.png). Acesso em: 02 dez. 2020.

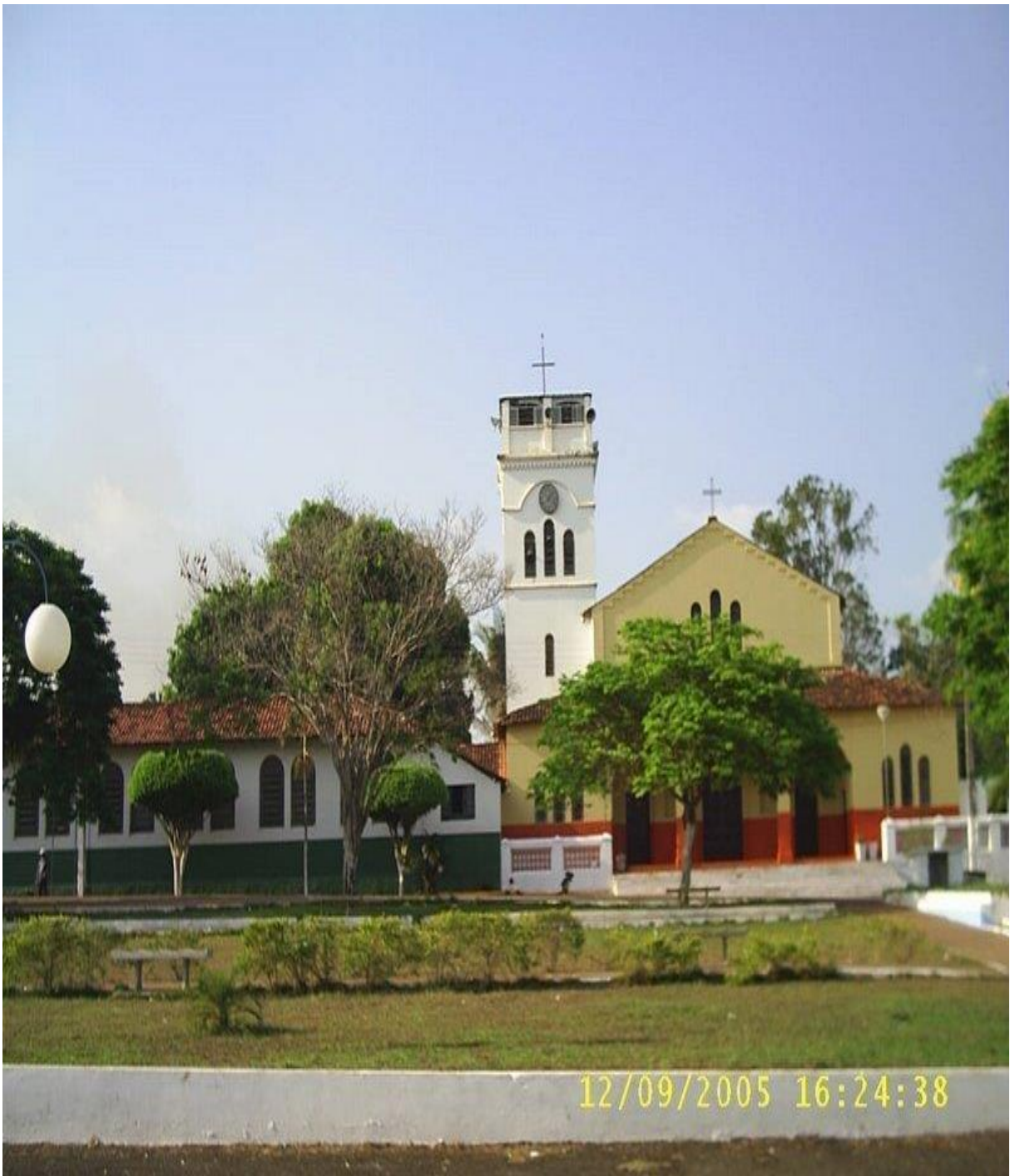


IMAGEM MUNICÍPIO: NAZARÉ

Disponível em: <https://mapio.net/images-p/28580748.jpg>. Acesso em: 02 dez. 2020.



Disponível em:

[https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/1/1c/Tocantins\\_Municip\\_Nazare.svg/300px-Tocantins\\_Municip\\_Nazare.svg.png](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/1/1c/Tocantins_Municip_Nazare.svg/300px-Tocantins_Municip_Nazare.svg.png). Acesso em: 02 dez. 2020.



IMAGEM MUNICÍPIO: SANTA MARIA DO TOCANTINS

Disponível em: <https://encrypted-tbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcQb5VHKWRBTVY5N1mvEFlfBXzXBOqjq7V66Uw&usqp=CAU> Acesso em: 02 dez. 2020.



Disponível em:

[https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fpt.wikipedia.org%2Fwiki%2FSanta\\_Maria\\_do\\_Tocantins&psig=AOvVaw07nD1enHd3eB-8SZkwxOQG&ust=1606998952756000&source=images&cd=vfe&ved=0CAQQtaYDahcKEwjlr7Dfp6\\_tAhUAAAAAHQAAAAAQBg](https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fpt.wikipedia.org%2Fwiki%2FSanta_Maria_do_Tocantins&psig=AOvVaw07nD1enHd3eB-8SZkwxOQG&ust=1606998952756000&source=images&cd=vfe&ved=0CAQQtaYDahcKEwjlr7Dfp6_tAhUAAAAAHQAAAAAQBg). Acesso em: 02 dez. 2020.